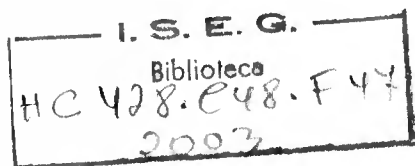


**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

MESTRADO EM: Desenvolvimento e Cooperação Internacional



**TÍTULO: AS REFORMAS ECONÓMICAS E A DESIGUALDADE /
NA CHINA: DE 1979 AOS NOSSOS DIAS**

NOME: SOFIA DA GRAÇA CORDEIRO FERNANDES

Orientação: Professor Doutor António Manuel de Almeida Serra

Juri:

Presidente: Professor Doutor Júlio António Correia Pereirinha

Vogais: Professora Doutora Virgínia Trigo

Professor Doutor António Manuel de Almeida Serra

Junho 2003

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

As reformas económicas e a desigualdade na China:
de 1979 aos nossos dias

Foto: Magnum Photos, Hiruji Kubota, 1999, em Guilin, Guangxi



MAPA DA CHINA



Fonte: <http://www.lib.utexas.edu/maps/china.html>

Base 802437 (545114) 2-96

ÍNDICE:

	Pág.
Glossário	iii
Índice de quadros	iv
Agradecimentos	v
Introdução	1
Capítulo I	
Desigualdade, pobreza e crescimento económico: que relação?	4
1.1 Pobreza e desigualdade	4
1.2 Desigualdade e crescimento	6
1.3 A medição da pobreza e da desigualdade	9
1.3.1 A medição da pobreza e da desigualdade: o caso chinês	13
1.3.2 As linhas de pobreza	15
1.3.3 O <i>headcount index</i> e o <i>poverty gap</i> : a incidência e a agregação da pobreza..	15
1.3.4 O coeficiente de Gini	16
1.3.5 As estatísticas oficiais chinesas	16
1.4 Desigualdade espacial	17
1.4.1 Medidas de desigualdade espacial	20
1.5 Revisão da literatura sobre crescimento e desigualdade	21
1.5.1 Cronologia	23
1.5.2 Crescimento e desenvolvimento: o caso da China	25
Capítulo II	
Enquadramento histórico, económico e social	27
1.1 Contexto histórico	27
1.2 Contexto macroeconómico	32
1.3 Contexto social	36
1.4 O sistema administrativo chinês	38
Capítulo III	
As dimensões da desigualdade	42
1. Desigualdade regional	45
2. Desigualdade campo-cidade	46
3. Desigualdade interior-zonas costeiras	48
4. A pobreza temporária	50
5. A desigualdade rural	52
6. A desigualdade urbana	54
7. Os números da pobreza e da desigualdade	56
7.1 A linha de pobreza	56
7.2 O <i>poverty gap</i>	57

7.3 O coeficiente de Gini	59
7.4 A relação entre crescimento e localização geográfica	60
8. Determinantes da desigualdade	63
8.1 Mercado laboral	63
8.2 Educação	65
8.3 Acesso à propriedade	66

Capítulo IV

Os programas governamentais de redução da pobreza e de desenvolvimento

regional	71
1. A identificação dos mais pobres	74
2. Intervenções bem sucedidas	75
2.1 Irrigação	76
2.2 Educação	77
2.3 Sistema bancário	78
2.4 Política fiscal	78

Capítulo V

A entrada na OMC e a desigualdade

79	
1. Vantagem comparativa	80
2. O acordo bilateral China/EUA	81
3. Comércio externo	83
4. Implicações para a economia chinesa	84
4.1 Agricultura	84
4.2 Indústria	84
4.3 Impacte sobre a distribuição do rendimento	85
5. A desigualdade e a entrada na OMC: a análise da UNCTAD	87

Conclusão

Bibliografia.....

GLOSSÁRIO

RPC – República Popular da China

OMC – Organização Mundial do Comércio

TVE's – Township and Village Enterprises

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PCC – Partido Comunista Chinês

HRS – Household Responsibility System

CRS – Contract Responsibility System

ÍNDICE DE QUADROS:

	Pág
Quadro 1. Exemplo de indicadores constantes de um mapa de pobreza	19
Quadro 2. Incidência da pobreza rural por províncias e por regiões (1988-96)	56
Quadro 3. <i>Poverty gap</i> (1990-97)	58
Quadro 4. Incidência da pobreza rural nas províncias do leste	58
Quadro 5. Incidência da pobreza rural nas províncias centrais	58
Quadro 6. Incidência da pobreza rural nas províncias ocidentais	59
Quadro 7. Relação entre PIB per capita, ruralização e posição geográfica	60

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar ao meu orientador, Professor Dr. António Almeida Serra, cujo apoio foi indispensável à realização deste trabalho. Queria agradecer também ao Rui, cujo apoio, paciência e até, por vezes, vigilância foi essencial para que pudesse concluir esta tese.

Não posso deixar também de agradecer às minhas colegas de mestrado, pela disponibilidade e ânimo que sempre me transmitiram.

Por último, queria agradecer à UAL – Universidade Autónoma de Lisboa, pela oportunidade que me proporcionou de desenvolver trabalho na minha área de estudos, sem incompatibilizar a realização do presente trabalho.

Para concluir não posso deixar de referir o meu gato, pela companhia que me fez durante as longas horas de pesquisa e escrita.

Lisboa, 19 de maio de 2003

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a relação entre as reformas económicas introduzidas desde 1979 - com a chegada ao poder de Deng Xiaoping - e a desigualdade na China dos nossos dias, tendo em conta os efeitos do legado das políticas do período comunista. Desta forma procuram-se apurar as causas e perfis da desigualdade na China contemporânea, reportando ao início do período comunista, – 1949 – na perspectiva de analisar o impacto das políticas implementadas pelos regimes anteriores sobre a nova era de liberalização, na tentativa de esclarecer a origem das alterações que contribuíram para o aumento da desigualdade desde meados dos anos 80.

A nossa análise começa por um enquadramento teórico onde se aborda a questão da relação entre desigualdade e pobreza, desigualdade e crescimento económico e posteriormente a forma como a medição da desigualdade é realizada na prática, referindo-se as várias medidas e questões conceptuais a considerar nesta abordagem. Faz-se também uma revisão da literatura existente sobre esta temática e uma breve cronologia da evolução do pensamento sobre a relação entre crescimento, desigualdade, e pobreza.

O segundo capítulo pretende fornecer um enquadramento histórico, económico e social da República Popular da China desde 1949. Este capítulo afigurou-se como necessário ao desenvolvimento lógico deste trabalho, uma vez que proporciona uma visão geral dos acontecimentos que estiveram na origem de determinado tipo de políticas implementadas pelo governo, permitindo uma melhor compreensão dos desenvolvimentos políticos ocorridos na RPC durante o período comunista e as repercussões duradouras que tiveram sobre a pobreza e a desigualdade neste país.

O terceiro capítulo analisa a desigualdade na China, focando as várias dimensões da desigualdade neste país e os factores que foram determinantes para a evolução de cada uma delas. Pretendeu-se ainda ilustrar este capítulo com uma análise estatística dos números da pobreza rural, nas suas várias vertentes – incidência da pobreza, *poverty gap*, coeficiente de Gini - ao longo do período considerado, pretendendo tirar-se algumas conclusões sobre as dimensões anteriormente desenvolvidas: qual a importância de cada uma no contexto da repartição geral do rendimento no país e a relevância de cada uma das dimensões para a explicação do fenómeno da desigualdade na RPC. As dimensões consideradas são a desigualdade rural/urbana, litoral/interior, em meio urbano e em meio rural, entre outras. Analisam-se igualmente outros aspectos importantes no contexto da desigualdade, como as alterações ocorridas no mercado e na legislação laboral desde o início das reformas, assim como se tenta fazer uma apreciação das alterações verificadas no sistema educativo, em consequência das referidas reformas, e em particular do maior retorno verificado relativamente ao factor educação e a progressiva desigualdade no acesso a este bem social, anteriormente mais protegido na sua “universalização” por toda a população.

No quarto capítulo, descrevem-se sumariamente os programas e medidas levadas a cabo pelo governo chinês com o objectivo de combater a pobreza. Tecem-se algumas considerações a estas medidas, com base na opinião de especialistas do Banco Mundial e de peritos chineses.

No quinto capítulo discutem-se os efeitos do acesso da RPC à OMC como membro de pleno direito, sobre o nível de vida e a distribuição do rendimento entre a população. Fala-se do impacto sectorial – sectores agrícola, industrial e de serviços, e das repercussões nas respectivas populações. A população rural, com uma ligação e

dependência muito fortes da agricultura sofrerá diferentes impactos distintos dos que afectarão a população urbana, mais ligada ao sector industrial e dos serviços.

Optou-se pela consulta e análise de bibliografia de diferentes fontes: de organismos internacionais, com destaque para dois estudos realizados pelo Banco Mundial sobre a China (*Overcoming rural poverty* e *Sharing rising incomes*); do próprio governo chinês, cujas estatísticas da pobreza diferem daquelas apuradas pelo próprio BM; e de artigos científicos publicados por especialistas sobre esta temática que tanto interesse tem suscitado entre académicos e economistas, interessados pela economia asiática.

Uma questão muito importante que se tornou crucial à medida que o trabalho foi sendo desenvolvido diz respeito às diferentes formas de medição e de contabilização dos dados relativos à pobreza. O Banco Mundial especifica padrões de medição como a linha de pobreza de um dólar por dia; o governo chinês opta pela consideração e avaliação da pobreza no seu território em função de uma linha de pobreza nacional. Obviamente que como é desenvolvido mais adiante, estas diferentes abordagens permitem chegar a diferentes conclusões sobre os números da pobreza, se bem que convirjam quanto à sua tendência de evolução.

Capítulo 1: Desigualdade, pobreza e crescimento económico: que relação?

1.1 Pobreza e desigualdade

O conceito de pobreza tem sofrido várias alterações assim como as medidas de avaliação utilizadas na sua medição. A pobreza implica a privação de bens e recursos “de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas”¹, mas implica também uma percepção de pobreza *relativa*, ou seja da consideração da pobreza por comparação aos outros agregados familiares e/ou indivíduos. É neste contexto que surge o conceito de *desigualdade*. A desigualdade é considerada habitualmente como a diferenciação de recursos entre indivíduos ou grupos de indivíduos. Como refere A. McKay “A desigualdade é encarada tipicamente como (o facto) de diferentes pessoas terem diferentes graus de alguma coisa”².

Após ter sido algo secundarizada na problemática do desenvolvimento durante os anos 80, a desigualdade volta a estar na ordem do dia durante a década de 90, nas discussões sobre luta contra a pobreza e desenvolvimento.³ Segundo Felix Naschold, a desigualdade é uma dimensão fundamental da luta contra a pobreza, na medida em que a existência de níveis elevados de desigualdade numa sociedade mina os efeitos do crescimento económico na redução da pobreza, “a distribuição não é somente um resultado final, mas um determinante do crescimento económico”.⁴ Num contexto de crescimento económico, a distribuição menos desigual do rendimento/riqueza gerados pode beneficiar os pobres não só de forma proporcional, mas também de maneira a diminuir as assimetrias ainda existentes, de acordo com o conceito de “crescimento progressivo”.

¹ In ‘Da Economia à Sociologia’, José A. Pereirinha, *Pobreza e Exclusão Social*, p.210

² In ‘Inequality Briefing No. 1, Overseas Dev. Institute, March 2002 (Trad.)

³ De acordo com *Why is inequality back on the agenda*, Ravi Kanbur e Nora Lustig, 1999

Também o Relatório do Desenvolvimento Mundial de 2001 (Banco Mundial) acentua a importância da pobreza **relativa** na avaliação da pobreza nacional, considerando que a linha de pobreza de 1 dólar por dia pode ser insuficiente para analisar a situação real da pobreza de rendimento em muitos países, cujo valor do consumo médio é mais elevado, como na maioria dos países da América Latina.

O impacto que as alterações da distribuição do rendimento podem ter sobre a redução do número de pobres, pode ser ilustrado pelo seguinte exemplo: num dado país a percentagem do rendimento nacional que chega à camada dos 20% mais pobres, sofre um aumento de 6% para 6,25%. Apesar desta “transferência” ser praticamente invisível ao nível da distribuição do rendimento nacional, para os mais pobres significa um acréscimo de rendimento disponível na ordem dos 4%.⁵

Apesar de se ter considerado que a persistência da desigualdade tinha pouca influência sobre a redução global da pobreza, considera-se actualmente, com base na informação recolhida ao nível nacional (*within-country studies*) e regional, que a distribuição do rendimento pode sofrer alterações relativamente rápidas, com impactos positivos no que respeita à redução da pobreza, como na América Latina nos anos 70.

A elasticidade da pobreza ao crescimento económico é uma área que tem vindo a suscitar um interesse crescente, avaliando-se neste caso a eficiência do crescimento económico na redução da pobreza. O aumento da elasticidade da pobreza ao crescimento é pois um objectivo, tendo em conta que a duplicação desta elasticidade (a maior sensibilidade da diminuição da pobreza em relação ao crescimento económico) tem o mesmo efeito que a duplicação do crescimento económico em termos de efeitos sobre a diminuição da pobreza.

⁴ Em Inequality Briefing no. 2, March 2002

⁵ Exemplo citado em 'Inequality Briefing nº 2'

1.2 Desigualdade e crescimento

De igual modo a literatura produzida pelo Banco Mundial na última década, é orientada para a consideração dos impactos negativos da desigualdade sobre o crescimento económico.⁶

A análise da relação directa entre crescimento económico e desigualdade, teve como ponto de partida a hipótese de Kuznets⁷, que preconiza a ocorrência de aumentos da desigualdade nos primeiros momentos do processo de crescimento económico, mas também a sua atenuação à medida que o processo vai evoluindo. Kuznets fundamentou a sua análise em dados relativos ao processo de desenvolvimento de alguns países industrializados, nomeadamente Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América.

Os trabalhos que se seguiram sobre a relação entre crescimento económico e desigualdade fundamentaram-se em estimativas que recorriam a dados provenientes de análises *cross-country*, ou seja de vários países, registando a existência de aumentos significativos da desigualdade, à medida que o rendimento aumentava, com efeitos pouco claros quanto às consequências sobre a redução da pobreza, variando do empobrecimento absoluto ao aumento dos rendimentos dos mais pobres numa proporção inferior à média. Estudos posteriores criticaram esta abordagem e salientaram a importância da consideração das especificidades de cada país na análise desta correlação, preferindo a análise temporal de um só país.

Um estudo envolvendo 43 países em vias de desenvolvimento, concluiu que “As análises (...) aqui realizadas sugerem um grupo de inter-acções multifacetadas e altamente não lineares no decurso do tempo, entre desenvolvimento económico e

⁶ Ver *Inequality and Growth Reconsidered: Lessons from East Asia*, World Bank Economic Review, nº 9, pp. 477-508

⁷ *Economic Growth and Income Inequality*, Simon Kuznets, American Economic Review, 1955

variações na distribuição do rendimento”⁸. Esta análise considera ainda que em baixos níveis de desenvolvimento, o crescimento económico tende a causar maior desigualdade na distribuição do rendimento, estando intimamente relacionado com a apropriação de recursos por parte dos grupos mais favorecidos.

Desta forma os trabalhos posteriores orientaram-se no sentido de rejeitar a hipótese de Kuznets, optando pela análise de séries temporais sobre uma mesma região ou país, à medida que os dados vão sendo disponibilizados. Este tipo de análise permite concluir que a desigualdade agregada regista muito poucas alterações ao longo do tempo, e quando essas alterações se dão num curto período temporal, normalmente são no sentido negativo, ou seja de um aumento da desigualdade à medida que o crescimento ocorre.

Os efeitos da desigualdade inicial de rendimentos ou de bens sobre o crescimento futuro constituem uma questão importante quando abordamos a relação entre crescimento e desigualdade. O nível de desigualdade inicial influencia as possibilidades do crescimento reduzir a pobreza, dado que afecta a capacidade que os pobres têm de tirar partido do crescimento económico e de melhorarem desta forma o seu nível de vida. Em países com elevados níveis de desigualdade, a redistribuição pode ter um papel mais significativo que o crescimento económico na luta contra a pobreza.

Esta ideia pode ser mais facilmente apreendida se tivermos em conta que em muitos países africanos o sistema fiscal é altamente ineficaz, mostrando-se incapaz de cobrar aos mais prósperos as receitas devidas. Esta situação também se pode ilustrar pelo facto de estarmos a falar de sociedades altamente estratificadas, em que a elite política se confunde facilmente com a elite detentora do poder económico. Nestes casos a desigualdade é grande porque o Estado não tem recursos para proporcionar aos pobres

⁸ Adelman e Morris (1973), *Quem beneficia com o crescimento económico*, in *Desenvolvimento económico e repartição do rendimento*, Manuela da Silva, pp.112-3

condições que lhes permitam melhorar o seu nível de vida. Desta forma o fosso entre ricos e pobres aumenta porque os mais desfavorecidos não têm possibilidade de aceder a um nível de escolaridade mínimo ou a condições de saúde minimamente aceitáveis. Assim sendo, concordamos plenamente com a ideia de que em sociedades altamente desiguais, habitualmente com níveis de pobreza elevados e fraco crescimento económico, a redistribuição da riqueza e dos recursos existentes pode ter maior impacto sobre a redução da pobreza que o simples crescimento económico. Acrescentamos ainda que esta redistribuição pode facilmente assumir a forma de uma política fiscal de carácter redistributivo.

D. Dollar e A. Kray, na obra *Growth is Good for the Poor*⁹, encontram uma relação proporcional de um para um, entre o aumento do rendimento dos pobres e o aumento do rendimento nacional. Os autores começaram por fazer uma regressão do rendimento *per capita* do quintil mais pobre da população pelo rendimento *per capita* total, concluindo que 87% da variação positiva no crescimento do rendimento do quintil mais pobre se deveu a alterações no rendimento *per capita* global. Alargaram a sua análise a 80 países com características diversas: países em situação de crescimento e países em contracção económica, economias pobres e ricas. Os resultados apontaram sempre para um nível de elasticidade próximo de 1 entre o aumento do rendimento dos mais pobres e o crescimento nacional agregado.

A nossa apreciação, tendo em conta a bibliografia consultada para este capítulo, aponta no sentido da inexistência de uma correlação directa entre crescimento económico e distribuição do rendimento, sendo quase certo que a validade das conclusões reside nas análises feitas país a país. Sem uma orientação política deliberada no sentido de criar políticas redistributivas, os benefícios do crescimento económico

⁹ Publicada pelo Banco Mundial, 2000

podem perfeitamente concentrar-se no grupo já anteriormente mais bem posicionado em termos da apropriação de recursos. Nada parece evidenciar portanto a existência de uma relação entre crescimento económico e a distribuição mais equitativa do rendimento.

1.3 A medição da pobreza e da desigualdade

Dois tipos de perspectivas distintas parecem estar na base da diferenciação dos métodos utilizados na medição da pobreza e da desigualdade: a abordagem *'welfare'*, que assenta nas noções de utilidade e de racionalidade económica, e a *'non-welfarist approach'* que privilegia a análise multidimensional do fenómeno da desigualdade. A primeira abordagem assenta numa lógica eminentemente "economicista" e é defendida e veiculada por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, considerando que a procura do máximo bem-estar ou da máxima utilidade depende do indivíduo, que toma decisões "racionais" sobre o consumo ou a produção. Assim sendo, o rendimento ou a despesa (variáveis quantitativas) são as unidade-chave de análise e o fundamento explicativo para o posicionamento em termos de bem-estar, do indivíduo ou do agregado familiar.

A segunda abordagem é defendida sobretudo por analistas das questões da pobreza e da desigualdade, com formação em Ciências Sociais e Humanas, que não a Economia. Destaca sobretudo, não a variável rendimento, mas a qualidade de vida dos indivíduos em todos os seus aspectos, nomeadamente através do conjunto de oportunidades que estão ao seu alcance com o objectivo de melhorar a sua situação. É dentro desta temática que surge o conceito de *"functionings"* ou funcionalidades, proposto por Amartya Sen, *"Living may be seen as consisting of a set of interrelated 'functionings', consisting of beings and doings. A person's achievement in this respect can be seen as the vector of his or her functionings. The relevant functionings can vary*

from such elementary things as being well nourished, being in good health, avoid escaping morbidity, etc., to more complex achievements such as being happy, having self-respect, taking part in the life of the community and so on"¹⁰

No que se refere à avaliação da pobreza, Sen¹¹ refere a existência de dois tipos de métodos de medição: o “método directo” e o “método do rendimento”. O primeiro corresponde à avaliação da satisfação das necessidades básicas por um indivíduo ou agregado familiar, no contexto da análise de um cabaz de consumo. O método do rendimento, por outro lado, começa por definir um rendimento mínimo, abaixo do qual se considera que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas. Este método aparece relacionado com a problemática da medição da desigualdade ou pobreza (consideradas equivalentes para efeitos de medição) através do rendimento – o que a família aufere ou possui; ou através do consumo – o que esta realmente consome.

O consumo é muitas vezes considerado uma fonte superior de medição, uma vez que dá conta das necessidades realmente satisfeitas, enquanto o método do rendimento pode levar a ilações enganosas. No entanto como A. Sen refere¹², um homem que detenha um bom rendimento pode decidir não o despender e dormir numa cama de pregos, o que não permitirá no entanto classificá-lo como pobre, ainda que o seu consumo possa ser inferior ao consumo limite.

Uma outra forma de avaliar a pobreza diz respeito à avaliação do bem-estar. Este conceito foi desenvolvido também por Amartya Sen e refere-se a uma abordagem mais ampla no que respeita à consideração do “nível de vida” dos indivíduos ou famílias.

¹⁰ in A. Sen, *Inequality Reexamined*, Oxford University Press, 1992. Trad. Livre: A vida pode ser considerada como uma série de ‘funcionalidades’ inter-relacionadas, consistindo de seres e fazeres. As realizações de um indivíduo neste campo podem ser vistas como um vector das sua funcionalidades. As funcionalidades relevantes podem variar de coisas elementares como estar bem alimentado, gozar de boa saúde, escapar da morte, etc, até objectivos mais complexos como ser feliz, ter respeito próprio, participar na vida da comunidade e assim por diante.

Implica, como já foi referido anteriormente a consideração da capacitação do indivíduo; a sua preparação ou oportunidade de preparação para participar nas decisões tomadas pela comunidade em que se insere. No entanto este tipo de avaliação da pobreza estará sempre sujeito às considerações subjectivas do especialista, "... a avaliação subjectiva de uma situação é sempre influenciada pela necessidade psicológica de minimizar a diferença entre as aspirações e a realidade"¹³

A problemática relativa aos métodos utilizados na medição da pobreza ou da desigualdade é pois importante. Quanto à problemática da desigualdade em particular, os dados são normalmente recolhidos a partir de inquéritos às famílias, tendo em conta as variáveis consumo, rendimento ou bens possuídos. Outras variáveis podem no entanto ser medidas na avaliação da desigualdade, como o grau de instrução, o nível de nutrição ou as condições de saúde. Mesmo a diferenciação no acesso a recursos por via da origem familiar ou do local de residência podem ser variáveis importantes na consideração da desigualdade.

A medição da desigualdade faz-se, habitualmente, a partir dos dados recolhidos em inquéritos realizados junto aos agregados familiares (*household surveys*) ou através da informação recolhida nos recenseamentos. As informações obtidas através destes questionários não permitem contudo avaliar uma componente muito importante da desigualdade que é a diferenciação existente no seio do agregado familiar, entre os diferentes membros que o compõem (homens/mulheres, crianças/adultos,etc).

Neste contexto é importante referir a importância dos **métodos** quantitativos e qualitativos na avaliação da pobreza ou da desigualdade. Os **métodos quantitativos** normalmente recorrem às variáveis rendimento ou consumo, ou a outras variáveis quantitativas, implicando a recolha dos dados num momento temporal definido e

¹¹ 'Pobreza e fomes - um ensaio sobre direitos e privações', pp. 46-50

¹² Idem

podendo por vezes não dar conta das alterações ocorridas na componente dinâmica que é o nível de vida das populações. Por outro lado, estes métodos normalmente não têm em conta as diferenças de preços entre o meio rural e o meio urbano. Os **métodos qualitativos**, por outro lado, permitem que sejam as próprias populações a definir o seu conceito de privação e do que significa ser pobre, implicando normalmente este tipo de abordagem uma definição de privação que ultrapassa o conceito de “não ser pobre”, para além da satisfação das necessidades básicas, em consonância com a “*non welfarist-approach*”.

Por outro lado existem **técnicas** de medição da desigualdade, que podem assumir uma natureza mais quantitativa ou, em alternativa, mais qualitativa. Exemplo da primeira técnica é o *Living Standards Measurement Study* (LSMS), um tipo de entrevista *standard* realizada por técnicos do Banco Mundial, cujo objectivo é a recolha de informação junto aos agregados familiares relativamente ao consumo, através de questões sobre as despesas monetárias, o valor dos produtos cultivados em casa ou oferecidos por outras famílias, a propriedade da habitação e de bens duráveis (automóveis, televisões, máquinas de costura).

Relativamente aos elementos que constituem o agregado e que exercem uma actividade no sector formal, o questionário orienta-se para a avaliação do valor dos salários e de outras receitas recebidas. A recolha de informação sobre as várias características do agregado familiar, como as condições de saúde, de educação, de fertilidade e de migração, tornam possível a análise dos diferentes aspectos que constituem a qualidade de vida da família, permitindo estabelecer relações entre a educação dos pais e a saúde dos filhos, ou entre as condições de saúde e o emprego.¹⁴

¹³ A. Sen, cit. em *Economic inequality and poverty – international perspectives*, Aldi J.M. Hagenaars

¹⁴ Ver www.worldbank.org/lmsms/index.htm

Também se utiliza neste contexto o *Priority Survey* que constitui uma técnica de inquérito que permite uma rápida recolha de informação sobre a pobreza, mais célere que a primeira técnica.

No que se refere aos métodos qualitativos de avaliação da pobreza temos a chamada *participatory approach*, em que as comunidades são levadas a designar elas próprias os agregados mais pobres e que por isso deverão ser receptores da ajuda das ONG's.

1.3.1 A medição da pobreza e da desigualdade: o caso chinês

Amartya Sen defende que a pobreza é um conceito rodeado de aspectos valorativos na maioria das sociedades¹⁵. O que é encarado como privação pode variar de sociedade para sociedade, existindo no entanto algum consenso no que respeita à definição de privação grave. Desta forma um dos instrumentos mais utilizados para a medição da pobreza é a linha de pobreza, sendo que existem sempre dois limiares a considerar: a linha nacional de pobreza e a linha ou linhas internacionais de pobreza, definidas pelo Banco Mundial e que permitem a comparação entre países. A linha de pobreza denominada “inferior” corresponde a um dólar por pessoa/dia em paridade de poder de compra a preços de 1985¹⁶ e a linha “superior” corresponde a dois dólares por pessoa/dia, e é utilizada em países de rendimento médio/elevado para a medição das estatísticas da pobreza.

A questão da definição das linhas de pobreza não deixa no entanto de levantar uma outra pergunta: quais os critérios que estão na origem da sua definição? Do lado do Banco Mundial pretendeu-se definir um padrão que permitisse a comparação entre países e que constitua em todo o mundo, e em especial nos países mais pobres, um valor

¹⁵ In Amartya Sen, *Inequality Reexamined*

aproximado do custo da ingestão de alimento suficiente numa base diária, por indivíduo. Obviamente que este custo varia de país para país. No entanto, se considerarmos que de uma forma geral o custo de vida e dos bens alimentares básicos é inferior nos países mais pobres (por comparação aos países mais desenvolvidos), verificamos que este padrão constitui um instrumento útil para a realização do objectivo para o qual foi criado: a comparação da pobreza entre países.

Já as linhas nacionais de pobreza são definidas com base nas características próprias e no custo de vida do país. A questão da definição de uma linha de pobreza com base na ingestão de um mínimo de calorias por dia tem sido questionada pelos especialistas em nutrição, uma vez que é impossível averiguar de uma forma global, que abranja todos os países em simultâneo, se o cabaz de alimentos básicos de um dado país contém todos os elementos nutricionais necessários à boa saúde do indivíduo. Assim sendo, os peritos têm discutido sobre a validade da definição de uma linha de pobreza baseada na ingestão de x calorias diárias.

Neste contexto discute-se também o problema da definição das linhas nacionais de pobreza com objectivos políticos. A RPC pretende demonstrar que diminuiu consideravelmente a pobreza no seu território nas últimas duas décadas. No entanto os números variam conforme a linha de pobreza utilizada. O seu sucesso neste campo, real ou “fabricado” através de uma linha de pobreza insuficiente, permite-lhe surgir como um país em crescimento económico, dotado de um mercado atractivo, com cada vez maior poder de compra.

¹⁶ Actualmente os estudos sobre pobreza já referem a linha de pobreza de 1 USD/dia (Banco Mundial), a preços de 1993

1.3.2 As linhas de pobreza

Uma questão muito importante quando se faz uma avaliação da pobreza refere-se à definição de quem é e de quem não é pobre, o que implica a definição de uma “linha de pobreza” que separa uns dos outros. Para efeitos de comparação internacional, o Banco Mundial definiu a linha de 1 USD por dia, como anteriormente referido, como a linha de pobreza *standard*; por outro lado, o governo chinês, através do seu *State Statistical Bureau*, que fornece as estatísticas oficiais, definiu a linha de 0,67 dólares (ou 5,80 *yuans*) por dia como a linha oficial nacional de pobreza¹⁷.

Obviamente que as estatísticas baseadas em diferentes linhas de pobreza permitirão obter diferentes resultados no que respeita às dimensões e características deste fenómeno. No caso chinês, no entanto, apesar dos números da pobreza variarem consoante as estimativas do Banco Mundial ou do governo chinês, as tendências de evolução são idênticas.

1.3.3 O *headcount index* e o *poverty gap*: a incidência e a agregação da pobreza

Tendo em conta a linha de pobreza adoptada, a avaliação da pobreza é feita contando todos os indivíduos ou agregados familiares cujo rendimento ou consumo se situe abaixo do limite mencionado. É o chamado *headcount index* ou incidência da pobreza. No entanto este índice nada nos diz acerca da extensão da pobreza, ou seja não nos fornece nenhuma informação sobre o distanciamento médio existente entre os rendimentos dos mais pobres em relação à linha de pobreza: apesar de sabermos quantos possuem rendimentos abaixo da linha de pobreza, não sabemos se se afastam muito ou pouco relativamente a esta linha.

¹⁷ Nos Anexos Estatísticos do relatório *Overcoming rural poverty*, BM, pub. em 2001, os autores referem a linha oficial de pobreza de 0,71 dólares para 1997

A brecha de pobreza (*poverty gap*) fornece-nos este tipo de informação: é utilizada para medir a distância que separa a média do rendimento dos pobres da linha de pobreza adoptada, permitindo-nos retirar algumas conclusões sobre desigualdade; se os pobres são pouco ou muito pobres, etc.

1.3.4 O coeficiente de Gini

A medição da desigualdade implica a consideração das alterações ocorridas no seio da distribuição de rendimento existente. O coeficiente de Gini é o índice mais utilizado em análises sobre desigualdade, apresentando valores entre 0 e 1, representando 0 a igualdade máxima e 1 a máxima desigualdade. Obtém-se através da distribuição do rendimento por quintis de população¹⁸, representada graficamente através da curva de Lorenz; graficamente o coeficiente pode ser representado pela distância entre a distribuição real de rendimento pela população em causa e a distribuição completamente equitativa (recta com inclinação de 45°; 20% da população recebe 20% do rendimento). A maior concavidade da curva mostra-nos um maior nível de desigualdade, enquanto que a menor concavidade da mesma demonstra um menor nível de desigualdade.

1.3.5 As estatísticas oficiais chinesas

Várias questões se colocam quando se tentam analisar as estatísticas oficiais chinesas relativamente aos números da pobreza. Por um lado os inquéritos levados a cabo pelo SSB (*State Statistical Bureau*) baseiam-se no sistema de registo residencial¹⁹, excluindo assim das estatísticas urbanas os migrantes rurais clandestinos.

¹⁸ Cada quintil corresponde a 20% da população

¹⁹ Ver Cap. 2 – Contexto Histórico

Os inquéritos rurais e urbanos baseiam-se em diferentes definições de rendimento, não permitindo a comparação dos dados relativos a ambos os aglomerados. Os inquéritos urbanos excluem os subsídios em “géneros”²⁰, dando particular destaque ao rendimento do trabalho (remunerações) e ignorando os rendimentos provenientes do capital (lucros), que assumem uma importância cada vez mais significativa nesta fase de liberalização e de crescente abertura ao mercado. O rendimento rural, por seu turno, é subestimado porque se calcula que a produção que não é utilizada para auto-consumo é vendida a preços “oficiais” e não a preços de mercado ou trocada em géneros.²¹

Por outro lado e na impossibilidade de aceder a estatísticas mais recentes sobre os números da pobreza e da desigualdade na China, desagregados ao nível provincial, recorreremos a estatísticas de 1996 relativas à pobreza rural. Os dados sobre a pobreza posteriores a essa data foram recolhidos em *China's Growth and Poverty Reduction: recent trends between 1990 and 1999*, de Shaohua Chen e Yan Wang publicado pelo Banco Mundial. Deve referir-se que em qualquer uma das fontes estatísticas utilizadas, os autores se basearam nos inquéritos e estatísticas produzidas pelos organismos oficiais chineses (*State Statistical Bureau*) e em estatísticas do próprio Banco Mundial.

1.4 Desigualdade espacial

Num contexto de aceitação cada vez maior da componente multidimensional do fenómeno da desigualdade, tem vindo a salientar-se o papel da dimensão geográfica no contexto da análise da distribuição do rendimento. A análise da desigualdade sob esta perspectiva permite-nos apurar sobre a validade das relações causais entre a variação espacial do rendimento e determinados factores geográficos. Estas variações podem ter

²⁰ Subsídios para habitação, educação e saúde, uma prática outrora constante entre as empresas estatais para com os seus empregados, mas que tem sofrido alterações nos últimos anos

²¹ De acordo com *Sharing Rising Incomes...*

a sua origem em diferenças na dotação de recursos – acesso a mercados de matérias-primas e de produtos finais, acesso a educação e a cuidados de saúde.

Neste contexto têm-se construído indicadores geográficos desagregados de pobreza e de desigualdade que dão conta de aspectos adicionais do fenómeno, nomeadamente no que se refere à adequação entre a pluviosidade de uma região ou entre os seus acidentes geográficos e as colheitas aí obtidas, as probabilidades de estas não serem bem sucedidas, podendo assim produzir-se informação sobre a vulnerabilidade de uma comunidade aos choques climáticos ou à sua própria geografia.²² A segurança e a vulnerabilidade alimentares são duas vertentes da maior importância na origem da pobreza e da desigualdade, e duas áreas-chave na concepção de políticas de combate à pobreza.

As análises realizadas recorrendo a estes métodos dão origem aos chamados “mapas de pobreza”, distinguindo entre estado/situação (*status*) e consequências da pobreza. O primeiro diz respeito à situação do indivíduo ou agregado familiar no que respeita ao seu nível de vida: qual a sua situação de rendimento ou de consumo relativamente a uma linha de pobreza previamente estabelecida, ou o seu nível de acesso a determinados serviços básicos; a segunda diz respeito às consequências de atingir ou não o nível de vida suficiente ou seguro no que respeita a um ou mais indicadores de bem-estar, podendo estas ser medidas, por exemplo, através do impacto da má nutrição sobre a relação peso/idade das crianças e adolescentes. No entanto, o estado e os resultados estão necessariamente interligados, uma vez que o baixo rendimento pode ser simultaneamente um resultado e uma causa de baixos níveis de educação e de saúde.

²² in <http://worldbank.org/poverty/inequal>

1. Exemplo de indicadores constantes de um mapa de pobreza

Dimensão	Sector	Status	Resultados
Económica			
	Consumo e rendimento	Head-count index ¹ , brecha de pobreza	Bens produtivos; condições de habitação
Social			
	Nutrição	Consumo de calorias em relação a um linha mínima definida	Relação entre o peso e a idade nas crianças
	Saúde e planeamento familiar	Acesso a cuidados de saúde primários	Mortalidade infantil
	Educação	Taxa de matrículas no ensino primário	Nível de literacia
Enquadramento institucional			
	Acesso a oportunidades	Acesso a terra, crédito, participação na tomada de decisões	
	Infra-estrutura	Acesso aos mercados	Rendimento resultante da venda de excedentes agrícolas

¹ Incidência da pobreza, nº de indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza definida

Fonte: <http://worldbank.org/poverty/inequal>

Actualmente considera-se de suma importância o investimento na melhoria das condições de saúde e de educação, quando anteriormente se privilegiava o investimento em capital físico e em infra-estruturas, para o alívio da pobreza. Daqui resulta a importância do conceito de **capital humano**. Este conceito aponta para uma reflexão sobre as mais-valias que cada um poderá adquirir ao longo da vida, de forma a poder usufruir de uma melhor qualidade de vida ou a escapar da pobreza. As desigualdades no acesso à educação baseadas no rendimento, no sexo, ou na classe social poderão perpetuar situações de injustiça e de má distribuição do rendimento. Também as desigualdades no acesso à saúde são relevantes neste contexto.

Tendencialmente este tipo de desigualdades de base são medidas através do respectivo impacto sobre o rendimento das famílias, apesar de os seus efeitos terem um carácter mais duradouro ao longo da vida das pessoas (noção de bem-estar e de capacitação para tomar parte na vida da comunidade).

Uma dimensão importante que tem sido salientada pelo Banco Mundial no combate à pobreza tem sido a da criação de oportunidades (ver quadro acima).

1.4.1 Medidas de desigualdade espacial

O modelo analítico desenvolvido por Robert Barro e Xavier Sala-i-Martin, visa determinar o grau de convergência entre regiões no contexto de um processo de crescimento económico, permitindo chegar a conclusões sobre a desigualdade entre espaços. As disparidades são divididas em duas componentes: a convergência *alpha* e a convergência *beta*.

A primeira diz respeito à dispersão do rendimento *per capita* ao nível regional, enquanto a segunda tem como objectivo a obtenção de informações sobre a convergência das regiões mais pobres relativamente às mais ricas. Preconiza ainda uma divisão entre convergência absoluta e condicional. Esta última relaciona-se com a ideia de rendimentos de capital decrescentes, sendo que quanto maior o rácio de capital por trabalhador, maior a tendência para que aquele se desloque das economias mais prósperas para as economias mais pobres, com menor incidência de capital.

No caso chinês não se verifica esta teoria. Vários factores concorrem para que assim seja, nomeadamente a falta de mobilidade do factor trabalho, que faz com que nas zonas rurais exista excesso de mão-de-obra, e que nas cidades esta escasseie, nomeadamente nas profissões denominadas “manuais”.

1.5 Revisão da literatura sobre crescimento e desigualdade

De uma forma geral surgem opiniões diversas entre os vários autores sobre a temática da relação entre a desigualdade e o crescimento económico. Várias questões são abordadas: se é possível haver crescimento económico com desigualdade, se esta desigualdade é na verdade essencial para que o processo de crescimento económico se inicie; se o crescimento resulta inevitavelmente num aumento de desigualdade social.

Se para uns autores um nível elevado de desigualdade económica se torna um obstáculo à sustentabilidade do processo de crescimento económico, outros encaram a desigualdade como uma das etapas cruciais do processo de crescimento.

De acordo com a primeira corrente, o processo de crescimento ficará comprometido a médio prazo dada a ausência de um investimento em capital humano nessa sociedade, preferindo as elites manter a instrução e uma série de direitos cívicos afastados da maioria da população, de forma a poderem colher os proveitos económicos do seu estatuto privilegiado em situação de exclusividade.

Quanto à relação de causa/efeito entre crescimento e desigualdade, as opiniões também diferem: alguns autores consideram que é necessária a existência de alguma desigualdade para que o crescimento ocorra, por outro lado, uma parte significativa concorda que o crescimento económico traz benefícios de uma forma generalizada às camadas mais desfavorecidas da sociedade. Partilhamos da ideia de que se esta afirmação parece verdadeira logo à partida, sem a aplicação de políticas redistributivas, o crescimento poderá ter um impacto pouco significativo ao nível dos rendimentos dos pobres. Apesar de ser internacionalmente reconhecido o sucesso da China no que respeita ao combate à pobreza, uma parte significativa da população ainda vive abaixo

da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial. Várias razões se apontam para esta situação, apesar dos indicadores de crescimento verdadeiramente impressionantes alcançados pelo país desde o início da década de 80: a criação das Zonas Económicas Especiais criou áreas estanques de crescimento e de prosperidade. Apesar das vantagens apontadas para a criação destas áreas, ao nível da atracção de investimento estrangeiro e de fomento das exportações, pelas próprias características da economia chinesa, que ainda é muito repartida geograficamente, os bons resultados conseguidos nestas zonas, não se difundiram a outras regiões.

Em meio rural, por exemplo, as reformas que conduziram ao crescimento, beneficiaram somente uma parte da população, que foi chamada a exercer funções nas TVE's²³. Por outro lado as próprias políticas governamentais de combate à pobreza enfermaram de uma má identificação dos pobres, referindo-se em quase todos os relatórios de avaliação da eficácia dos programas um problema de *targeting*.

Em meio urbano, apesar da situação *a priori* mais favorável dos habitantes urbanos ao nível de esquemas de “segurança social”, a reconversão da economia exigiu uma alteração das práticas das empresas estatais, nomeadamente no que se refere aos esquemas de remuneração, levando a que uma parte significativa da população visse o seu rendimento decair após a eliminação dos subsídios ou mesmo de desemprego, embarcando num ciclo de privação, de que dificilmente consegue emergir.

A causa desta situação encontra-se basicamente na mudança das “regras do jogo” das empresas públicas, ao se depararem com a exigência de se regerem por critérios de competitividade, deixando de proporcionar aos seus trabalhadores certos subsídios sociais, que lhes permitiam anteriormente a manutenção de um nível de vida estável.

²³ TVE's: Empresas a exercer actividade em meio rural, e que são habitualmente dirigidas pelas autoridades locais (municipais, etc). Ver ponto Contexto Macroeconómico

1.5.1 Cronologia

No período imediatamente posterior à II Guerra, pensava-se que o rápido crescimento económico e a industrialização seriam a melhor solução para a redução da pobreza e para o desenvolvimento. Esta era a doutrina professada pela literatura desenvolvida por **Rosenstein-Rodan**. Ao longo dos anos 50 reflectiu-se bastante sobre as consequências do crescimento sobre a distribuição de rendimento.

Kuznets, em 1955, avançou com a “hipótese do U invertido”, onde a desigualdade aumenta numa primeira fase, e diminui, posteriormente, à medida que o rendimento *per capita* aumenta. Também **Lewis** em 1983, 30 anos após ter apresentado o seu modelo de crescimento económico, explica a sua posição sobre a oposição entre desenvolvimento e desigualdade numa fase inicial: *‘...os teóricos do desenvolvimento sempre mantiveram que o desenvolvimento é um processo desigual. Isto é assim nos modelos clássicos de Smith, Ricardo e Marx. Os teóricos, desde a II Guerra Mundial abordaram o assunto de uma forma diferente, através do comportamento de diferentes sectores da economia, mas chegámos à mesma conclusão... O desenvolvimento tem de ser desigual porque não começa em todos os sectores de uma economia ao mesmo tempo.’*²⁴

Nos anos 60 e 70 continuou a desenvolver-se a orientação de que o crescimento poderia ter consequências negativas ao nível da distribuição do rendimento e da desigualdade, concluindo-se sobre a necessidade de intervenção activa por parte do governo, no sentido da criação de condições de redistribuição favoráveis aos mais pobres. O relatório do Banco Mundial intitulado *‘Redistribution with Growth’*, de 1974, constitui o culminar desta corrente de pensamento. Ao contrário da literatura

²⁴ Trad. livre de W.A. Lewis, (1983), ‘Development and distribution’, in M. Gersovitz, ed., *Selected Economic Writings of W. Arthur Lewis*, pp. 443-459

desenvolvida pelos primeiros teóricos do desenvolvimento, que partilhavam a ideia de que o simples crescimento e desenvolvimento económicos levariam à melhoria das condições de vida de toda a população, estes autores defendiam a introdução de uma política governamental activa para que o crescimento beneficiasse todas as camadas da população. Foi nesta altura que se referiu pela primeira vez o conceito de *targeting* ou identificação dos pobres.

Mais tarde foi dada grande importância ao desenvolvimento com equidade, que tinha o seu máximo expoente nalguns países do sudeste asiático, nomeadamente naqueles que conheceram processos de crescimento económico relativamente rápido na década de 70 (Coreia do Sul, Malásia, Indonésia, etc). No entanto também se sublinhou a importância das condições iniciais neste tipo de crescimento – ao nível da distribuição equitativa de terra e de capital humano. Na verdade, estas condições não eram verdadeiramente equitativas. Falamos de sociedades altamente estratificadas, mas nas quais havia uma grande preocupação política em proporcionar a todos os indivíduos instrumentos que permitissem assegurar a sobrevivência.

Em 1994, Ravi Kanbur²⁵ acentua a importância do crescimento económico no contexto de redução da pobreza, assim como a compatibilidade entre o crescimento e a distribuição equitativa do crescimento.

No entanto, nos anos 90 uma nova corrente de pensamento pôs em causa o consenso anteriormente alcançado de que não existe *tradeoff* entre crescimento e equidade.

Em resumo, existem quatro fases distintas da evolução do pensamento sobre crescimento e desigualdade. Os primeiros autores (1940-50) encaravam o crescimento económico como a solução para a redução da pobreza, sem prestar atenção às

²⁵ in 'Poverty and Development', in The Human Development Report, 1994

consequências ao nível da distribuição do rendimento no decurso do processo de crescimento. A segunda fase, desde meados dos anos 50 até meados da década de 70, sublinhava a existência de possíveis conflitos entre crescimento e distribuição e a necessidade de intervenção política na orientação do processo. A terceira fase – de meados da década de 70 até ao início dos anos 90 – conduziu à ideia ainda hoje dominante de que, se a política for adequada e orientada para a distribuição equitativa do rendimento, não terá de surgir necessariamente um conflito entre crescimento e distribuição. Segundo Ravi Kanbur está prestes a iniciar-se uma nova fase orientadora desta problemática, retomando-se o conceito de abordagem conflituosa entre igualdade e desenvolvimento.

1.5.2 Crescimento e desigualdade: o caso da China

A abordagem conflituosa entre desenvolvimento e igualdade pode ser ilustrada pela situação de alguns países de crescimento relativamente recente do sudeste asiático e pela própria China, que após anos de desenvolvimento com bastante equidade, tem apresentado nos últimos anos os resultados do desenvolvimento acelerado de umas zonas, naturalmente favorecidas pela posição geográfica e por políticas específicas de incentivo, de outras, menos favorecidas, e relativamente às quais pouca preocupação houve em tomar medidas específicas de desenvolvimento.

Especialmente no que diz respeito à China, considera-se que o desenvolvimento relativamente equitativo verificado nos primeiros anos das reformas económicas, deveu-se à anterior política comunista que dotava todos os chineses de um meio de subsistência. Todos os camponeses, por exemplo, tinham direito a uma parcela de terra para cultivo, e sem considerar os anos do “Grande Salto em Frente” e aqueles em que se verificaram condições climatéricas verdadeiramente adversas, o povo chinês nunca

morreu de fome. Apesar de haver uma hierarquia social, ligada ao partido e à riqueza familiar, considerava-se que todos eram igualmente pobres.

Por outro lado têm-se elaborado nos últimos anos muitos estudos no sentido de apurar as causas da desigualdade na China. Numa primeira abordagem considera-se que a abertura e o crescimento económico que lhe esteve subjacente, contribuíram para a diminuição da pobreza na China (pelo menos em valores absolutos). No entanto, ninguém pode negar que um fosso de rendimentos e de nível de vida se acentua de dia para dia no seio da população chinesa, em consequência directa ou indirecta do novo ambiente económico.

Uns apontam como causa deste *gap*, as políticas preferenciais do governo dirigidas às províncias costeiras, no sentido de as dotar de atractivos ao investimento estrangeiro. Outros salientam a própria posição geográfica das províncias costeiras, que num país predominantemente interior (*'landlocked'*) e com as dimensões da China, estão à partida mais favorecidas para beneficiar de uma economia direccionada para o comércio e para a exportação. Também as características morfológicas são referidas como importantes na diferenciação dos rendimentos. Num país com bastantes acidentes geográficos, e pouco dotado de vias de comunicação, beneficiarão as regiões mais planas e com melhores acessibilidades (as costeiras).

Capítulo 2: Enquadramento histórico, económico e social

1.1 Contexto Histórico

Em 1949 foi constituída a República Popular da China, ou, segundo Mao, a “ditadura democrática do povo”, que compreendia um pacto social entre quatro classes: os operários, os camponeses, a pequena burguesia e os capitalistas. Numa primeira fase a base de apoio do regime era o campesinato, que representava 90% dos membros do Partido Comunista Chinês (PCC).

Em Fevereiro de 1950, a China e a União Soviética (URSS) assinaram um Tratado de Aliança e de Assistência Mútua, que perduraria até 1980 e cujo objectivo principal, para além de unir as duas potências comunistas, era o de constituir uma barreira defensiva face ao Japão²⁶. Por outro lado, a China necessitava urgentemente de parcerias que lhe proporcionassem a assistência técnica e o acesso a transferências de tecnologia, de forma a atingir os objectivos de industrialização a que se propunha.

Este objectivo só poderia ser alcançado junto de um país com o mesmo regime político, uma vez que a década de 50 foi marcada precisamente pelo início da Guerra Fria, e consequentemente pelo aumento das hostilidades entre o ocidente, democrata-liberal, e o leste, comunista e de planeamento central.

Em Outubro de 1950 a RPC apoia a Coreia do Norte na guerra contra a Coreia do Sul, receando a aproximação às suas fronteiras das forças das Nações Unidas; é também nesse ano que a China invade o Tibete, que gozava de autonomia desde o fim da dinastia Qin, em 1911.

Depois da entrada da China na Guerra da Coreia, desapareceu a moderação que tinha marcado o início do regime, dando lugar à perseguição de potenciais opositores internos às políticas do Partido, e a opositores externos, nomeadamente estrangeiros e

missionários cristãos. Foi nesta época que se levaram a cabo as reformas agrárias, que alteraram radicalmente o sistema de propriedade da terra do país.

Em 1953 teve início o primeiro Plano Quinquenal, que duraria até 1957. Deste documento constavam os planos para o desenvolvimento da indústria pesada, de acordo com as linhas orientadoras do modelo soviético.

Em meados de 1956 pretendeu alargar-se a base de apoio do Partido, lançando-se o apelo aos intelectuais, e iniciando-se a campanha “Deixem florescer uma centena de flores, deixem que cem escolas de pensamento se disputem”²⁷. No entanto, as vozes discordantes foram aumentando o tom do seu protesto, produzindo exactamente o efeito contrário nos políticos que tomaram esta iniciativa de “abertura”. Em consequência os líderes do Partido encararam as críticas como provenientes de “burgueses de direita”, despoletando uma violenta Campanha anti-Direita.

Em 1958 foi lançada a campanha “O Grande Salto em Frente”, cujo objectivo era a promoção do crescimento económico a um ritmo mais acelerado. Com o propósito de ultrapassar a produção das principais indústrias britânicas, nomeadamente a do aço, no prazo de 15 anos. Os líderes acreditavam que os objectivos económicos podiam ser superados se o “povo” fosse doutrinado nesse sentido.

Para alcançar esse objectivo optou-se pela criação de grandes instituições com capacidade de “formar” a favor dos ideais comunistas, cada uma das classes envolvidas no processo de produção. A última etapa deste processo seria o envio para as fábricas, comunas, minas, obras públicas, dos quadros da administração pública, com o objectivo da sua aproximação ao trabalho manual. Neste contexto criaram-se as comunas populares, que se tornaram a unidade económica e social mais importante, em substituição da família.

²⁶ Antigo agressor de ambos os países

²⁷ Tradução livre de cit. in *China: a country study*, Federal research Division, Library of Congress

O “Grande Salto em Frente” acabaria por se revelar um fracasso. Aliada a causas naturais, que levaram à perda de parte das colheitas agrícolas, a iniciativa havia dado um lugar de segundo plano à agricultura a favor do incremento da indústria pesada, tendo como resultado a ocorrência de várias crises de fome, “escassez de matérias-primas, sobreprodução de produtos de baixa qualidade, deterioração das fábricas devido à gestão ineficaz, exaustão e desmoralização do campesinato e dos intelectuais, incluindo os próprios quadros do partido e do governo”.²⁸

Como consequência desta política desastrosa, Mao Tse Tung perdeu o lugar de Presidente da República Popular, mantendo todavia o lugar de presidente do Partido Comunista Chinês.

Também no fim da década de 60 as relações com a União Soviética (URSS) conheceram um processo de deterioração: o acordo de assistência para a produção de armas nucleares na China, assinado em 1957, termina em 1959. A partir de então a URSS começa a reduzir o pessoal e os meios afectos à cooperação económica e técnica com este país.

Um dos pontos da discórdia entre os dois Estados residia na abordagem feita à política externa comunista: a RPC entendia que a URSS tinha uma estratégia muito passiva, com opção por uma linha de luta contra o imperialismo ocidental de carácter marcadamente ideológico. Os soviéticos, por seu turno consideravam dogmática a orientação da política chinesa face ao exterior, enquanto para os chineses, os soviéticos optavam por uma via claramente “revisionista”. Como consequência do extremar de posições, a assistência técnica e a ajuda foram eliminadas, deixando a RPC entregue aos seus próprios recursos.

²⁸ De acordo com ‘*China: a country study*’, Federal Research Division, Library of Congress

No início dos anos 60, numa tentativa de afastar o país da ameaça dos valores “capitalistas”, Mao Tse Tung lança o **Movimento para a Educação Socialista**, em que a educação era articulada com o horário laboral, tornando-se parte integrante da jornada de trabalho nas fábricas e nas comunas, com o objectivo de alargar a instrução básica ao maior número de trabalhadores, e em simultâneo, infundir-lhes alguma formação teórica em prol da causa comunista.

No contexto das lutas de poder internas ao Partido Comunista Chinês, Mao lança a iniciativa **Grande Revolução Cultural Proletária**²⁹, com o objectivo subliminar de eliminar os opositores, classificados como burgueses ou simplesmente, a “direita”. Eram feitos apelos às manifestações públicas a favor do partido, a antigos membros do Exército de Libertação Popular e a jovens estudantes (universitários e do ensino secundário), que mais tarde se juntaram numa organização que ficou conhecida como os “Guardas Vermelhos”.

Estes tornaram-se conhecidos pela sua fidelidade a Mao Tse Tung, servindo de escudo às suas políticas destinadas a destruir símbolos e valores “contra-revolucionários” e “ultrapassados”. Estas manifestações transformaram-se em graves ameaças à ordem pública, uma vez que nem as forças de segurança conseguiam pôr-lhes termo. A fase mais intensa de perturbação social durou dois anos - de meados de 1966 até ao final de 1968 – mas os seus efeitos vão perdurar por muito mais tempo.

Mao Tse Tung morre em Setembro de 1976, mas os últimos anos da sua vida foram caracterizados por uma progressiva perda de influência sobre a política nacional. Sucede-lhe Deng Xiao Ping em 1977, nas funções de vice primeiro-ministro, vice

²⁹ Mais conhecida como Revolução Cultural

presidente do Partido Comunista Chinês e Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas³⁰.

Deng rapidamente adopta uma abordagem mais aberta relativamente à política económica, manifestando menos preocupações por questões ideológicas e maior interesse pelo crescimento económico da RPC. A acumulação de funções referida permite-lhe consolidar a sua posição política e levar a cabo as reformas económicas posteriores, anunciadas em Dezembro de 1978 no 11º congresso do PCC. Estas iniciaram-se pela adopção do “programa das quatro modernizações”, nomeadamente nos domínios da agricultura, indústria, defesa nacional, ciência e técnica³¹.

Só com a entrada definitiva de Deng à frente dos destinos do país, têm início as reformas económicas que transformaram a China num dos países com maiores índices de crescimento da actualidade.

Em 1979, os EUA reconhecem a República Popular da China, reatando-se os laços quebrados trinta anos atrás. Os anos 80 foram marcados sobretudo pela aposta no crescimento económico, que se manteve habitualmente ao nível dos dois dígitos, a par da manutenção do sistema político: “um país, dois sistemas” prevalece como lema desde então.

Em 1989 têm lugar os protestos da Praça de Tiananmen, sucedendo Jiang Zemin a Deng Xiao Ping na presidência do Partido Comunista. Jiang Zemin prosseguiu uma política de relativa abertura no que respeita à política externa, iniciando uma nova aproximação aos EUA. Tendo em conta que o progresso de um país seria avaliado pelo tamanho da sua economia, como havia sido afirmado por Deng, convinha que as relações com o principal destino das exportações chinesas fossem amenas.

³⁰ De acordo com *China: as reformas económicas da era pós-Mao*, A.Almeida Serra, Revista Administração Pública, Macau

³¹ idem

O crescimento económico prosseguiu ao longo da década de 90, fazendo ingressar a China definitivamente no grupo das nações mais promissoras do ponto de vista económico, ao nível mundial. No entanto, o fenómeno de crescimento económico não se fez acompanhar de um aumento de liberdade política, o que constitui um sério obstáculo à estabilidade social e ao desenvolvimento futuro.

No último congresso do Partido Comunista chinês, realizado em Novembro de 2002, ficou decidida a nova liderança do Partido, que deverá ficar a cargo de Hu Jintao, um comunista conservador. Também por ocasião da saída de Zhu Rongji do lugar de primeiro-ministro, em Março de 2003, foi levantada a questão do *deficit* democrático em que vive o país. A maior parte dos analistas concorda que a RPC terá de optar pela introdução de reformas democráticas num futuro próximo, sob pena de desagregação política do país, sobretudo ao nível inter-provincial. No entanto os sinais de mudança demonstrados pela nova liderança chinesa são muito ténues, apesar dos membros mais jovens do partido concordarem relativamente à necessidade de implementação de reformas com vista a uma maior abertura e democratização. A “velha guarda” no entanto, continua a recusar a mudança lidando com o descontentamento social como outrora, ou seja, através da repressão policial.

1.2 Contexto macroeconómico

Uma das primeiras medidas adoptadas pelo regime estabelecido a 1 de Outubro de 1949 foi a Reforma Agrária, com a colectivização da propriedade. Em meio rural as comunas passaram a organizar o cultivo das terras e a produção agrícola; em meio urbano este controle era exercido pelas unidades de trabalho (*work units*).

Entre 1966 e 1967, em consequência dos acontecimentos originados na Revolução Cultural, ocorre uma enorme fragilização do sistema de administração

interna do país e o rompimento das trocas comerciais inter-provinciais. Consequentemente as várias províncias passaram a ter políticas de autarcia económica.

A Revolução Cultural caracterizou-se, para além das manifestações públicas de apoio a Mao (induzidas obviamente a partir de propaganda e movimentos de angariação originados nos seus apoiantes), pelos programas de “reeducação”, dirigidos em particular aos funcionários públicos urbanos e professores, implicando o seu envio e “estágio” numa fábrica ou comuna a operar em meio rural. A ideia na base desta medida era a de que os funcionários de “colarinho-branco” deveriam exercer profissões “manuais”, para não perderem o contacto com as bases da Revolução, que era teoricamente o trabalho do campo. Estas medidas criaram obviamente grandes rupturas sociais.

Em 1979 iniciaram-se as políticas de reforma rural que durariam até 1984. Estas políticas compreendiam a introdução do sistema de responsabilidade das famílias (*contract responsibility system*), que implicava a utilização de determinadas parcelas de terra por parte dos agregados familiares, durante largos períodos de tempo³², permitindo o (res)surgir de um sentimento de posse relativamente à terra, e que foi ganhando terreno sobre o anterior *status quo* referente à propriedade colectiva. As famílias deveriam satisfazer uma quota de produção previamente definida, a ser vendida ao Estado a preço fixo, sendo-lhes permitido vender a restante produção a preços de mercado.

Numa tentativa de manter o nível de vida dos habitantes urbanos, os trabalhadores do campo eram obrigados a vender as suas colheitas a um preço fixo e abaixo das condições de mercado. Este constrangimento constituía um entrave à possibilidade dos camponeses melhorarem a suas condições de vida, que só foi

³² Por um período até 15 anos

ultrapassado com a liberalização faseada dos preços dos produtos agrícolas, implementada a partir desta época – 1979/84.

Em 1979 foram também estabelecidas as primeiras Zonas Económicas Especiais (Zhuhai, Shenzhen, Shantou e Xiamen), a par da autonomia concedida às províncias de Cantão e Fujian e às municipalidades de Beijing, Tianjin e Shanghai.

A partir de 1985 iniciou-se verdadeiramente o período de liberalização económica, com a abertura ao comércio e ao investimento internacional de 14 cidades costeiras e a inerente concessão de uma enorme margem de manobra quanto ao estabelecimento de empresas estrangeiras e à gestão do comércio internacional e investimento estrangeiro nessas zonas.

Um fenómeno importante ao longo de todo o período em análise (desde 1949 até à actualidade) é o facto das populações rurais terem sido permanentemente discriminadas relativamente aos habitantes urbanos. Os habitantes urbanos usufruíam *a priori* de uma série de benefícios sociais que não eram extensivos aos seus congéneres do campo, como a concessão de subsídios de alojamento, para a educação das crianças, etc.

Por outro lado, e adivinhando-se a tendência para a migração massiva do campo para as cidades onde as condições de vida eram mais promissoras, estabeleceu-se em 1958 o sistema *Hukou* de registo residencial, que limitava a circulação dos chineses para além das fronteiras da província onde estavam registados. Este sistema era tão rígido que um habitante do campo que pretendesse deslocar-se, ainda que dentro das fronteiras da província de origem, tinha de pedir autorização às autoridades competentes e requisitar-lhes a emissão de cupões que permitissem o acesso a alimentação no destino.

Esta política tornou-se à partida uma limitação à melhoria das condições de vida dos habitantes rurais. Ainda hoje muitos habitantes rurais migram para as cidades

clandestinamente: vêm-se obrigados a construir as suas próprias habitações, uma vez que ninguém lhes aluga casas e os próprios alugueres são demasiado elevados para as suas posses.. São também muitas vezes ludibriados: empregam-se maioritariamente no mercado da construção civil que está em franco crescimento, mas não podem recorrer a nenhuma legislação ou instituição que os proteja.

A situação de não pagamento dos salários a estes camponeses assumiu tais proporções (ficaram durante meses a fio sem receber um único salário, sendo-lhes garantidos somente alimentação e habitação) que no último Ano Novo Chinês (início de Fevereiro) os camponeses não tinham meios financeiros para se deslocarem às suas terras de origem para as comemorações. Os tumultos originados pelo descontentamento de milhares de trabalhadores chamaram a atenção das autoridades para o incumprimento por parte dos construtores das suas obrigações para com os trabalhadores e para a própria situação de vulnerabilidade social vivida por estes chineses.

Para além do já referido *contract responsibility system*, iniciado em 1979, também o aparecimento de pequenas empresas em meio rural foi muito importante para o crescimento económico da China durante este período. As TVE's (*Township and Village Enterprises*) foram uma das figuras de proa do desenvolvimento da China contemporânea. Estas empresas, de propriedade colectiva e características próprias - eram geridas pelas autoridades locais e centravam a sua actividade na transformação agro-alimentar ou na pequena produção industrial - possibilitaram a absorção do excesso de mão de obra agrícola e permitiram o rápido desenvolvimento global do mundo rural, tornando-o menos dependente dos produtos industriais vindos das cidades.

Estas empresas ganharam competitividade e ultrapassaram mesmo, em termos de resultados, algumas empresas há muito estabelecidas em meio urbano. Tiveram também um contributo importante para a entrada da China na economia liberalizada

global, uma vez que a prepararam para a concorrência implícita na recente adesão à OMC (10 de Dezembro de 2001).

No entanto, e apesar do crescimento extraordinário que a economia chinesa experimentou desde 1978, a pobreza ainda é um problema importante para o país, assim como a desigualdade social, que tem vindo a acentuar-se desde o início dos anos 90.

1.3 Contexto Social³³

A organização social da China comunista assentava na unidade de trabalho: a fábrica na cidade e a comuna em meio rural. Esta unidade não era somente o local de trabalho: tinha uma função directora e supervisora da vida laboral, mas também sobre a esfera privada da vida dos seus empregados. A existência da maioria dos chineses girava em torno do seu trabalho, que lhes assegurava na maioria dos casos protecção para toda a vida, regulando múltiplos aspectos do seu quotidiano, incluindo até o momento em que as mulheres podiam engravidar: “As unidades de trabalho chinesas eram altamente corporativas, fechadas, permanentes e eram grupos que abarcavam todos os aspectos da vida”.³⁴

Segundo este estudo levado a cabo por um Departamento de Investigação da Livraria do Congresso norte-americano, as empregadas de uma unidade fabril, por exemplo, teriam de obter a autorização do seu superior para poderem constituir família, sendo estabelecido um sistema de rotatividade de oportunidade de engravidar entre as empregadas. Não podemos esquecer que para além das preocupações demográficas - a política de um filho por família - cabia à unidade de trabalho estatal o provimento do jardim infantil e de despesas de educação e saúde para com os filhos dos seus trabalhadores.

³³ Elaborado sobretudo com base em *China, a country study*,

³⁴ Trad. Livre de '*China: a country study*', Federal Research Division, Library of Congress.

Especialmente em meio urbano, a unidade de trabalho assume uma importância primordial: a fábrica garante o alojamento, providencia os infantários para as crianças, proporciona os cuidados de saúde; até mesmo os momentos de lazer são por esta assegurados. Destaque-se que os “bens” proporcionados pela fábrica assumem um peso ainda mais significativo, se considerarmos que só muito recentemente surgiu um mercado de arrendamento e, que, muitos bens de primeira necessidade só podiam ser obtidos através da unidade de trabalho. Em tempos de escassez, a esta incumbia regular o acesso a estes mesmos bens, o que significava na prática que a integração neste sistema de organização social era condição *sine qua non* à sobrevivência na sociedade em questão.

Este sistema social estático e de carácter permanente, com base na unidade laboral, foi também apelidado de ‘*the iron rice bowl*’ ou a tigela de arroz de ferro, significando a subsistência, mas também a ausência de mobilidade social e laboral.

Por outro lado, as unidades laborais eram estruturas fechadas e com pouca comunicação entre si, resultando prejudiciais à dinâmica económica global. Também as estruturas salariais, se bem que definidas numa base igualitária segundo o escalão funcional e o número de anos na unidade, diferiam de empresa para empresa.

O sistema de segurança social era assegurado pela unidade laboral – a fábrica ou a comuna – e as pensões eram pagas com base numa percentagem, anteriormente descontada pelos funcionários, representando normalmente cerca de 70% do anterior salário. Em muitos casos, os funcionários podiam manter a habitação anteriormente fornecida pela empresa, após a reforma, especialmente no caso da ausência de filhos que pudessem assegurar o seu cuidado. Em muitos casos processava-se uma substituição geracional no local de trabalho, passando a exercer os filhos as funções anteriormente executadas pelos progenitores.

Estas condições não eram contudo extensivas aos trabalhadores rurais. O Estado assegurava-lhes alguns benefícios mínimos através dos governos locais, mantendo-se a maioria dos trabalhadores em idade não-activa (jovens, crianças, idosos) na dependência de outros membros da família, de modo a garantirem a sua sobrevivência.

A dimensão da atracção pela vida nas cidades por parte dos trabalhadores rurais ao longo da década de 50, 60 e até mesmo nos nossos dias, apesar das condições de vida em meio rural terem sofrido melhorias significativas, é mais facilmente perceptível tendo em conta as disparidades de benefícios sociais concedidos a cada um dos tipos de habitantes. No entanto, migrar para a cidade significava ficar sem o - ainda que magro - quinhão representado pela ração alimentar fornecida pelas autoridades. A simples deslocação para outra cidade diferente do local de residência habitual implicava a autorização escrita da unidade laboral. No entanto a vida nas cidades era mais controlada que em meio rural e os salários eram mantidos artificialmente baixos.

1.4 O sistema administrativo chinês³⁵

A República Popular da China (RPC) com uma dimensão de cerca de 9,6 mil milhões de Km²³⁶, tem uma área muito semelhante à dos Estados Unidos da América. O território da República está dividido em províncias, regiões autónomas e municipalidades sob controlo directo do Governo Central. As províncias e as regiões autónomas são constituídas por prefeituras autónomas, condados, condados autónomos e cidades.

As municipalidades sob controlo directo do governo Central e as grandes cidades das províncias e das regiões autónomas são constituídas por distritos e por “condados” (*counties* em inglês, mas que poderemos considerar semelhantes aos

³⁵ Com base nas informações recolhidas em www.china.org.cn

³⁶ Mais precisamente 9,506,960 km²

concelhos portugueses). As prefeituras autónomas estão divididas em condados, condados autónomos e cidades.

Tipos de poder local

◆ Governos Provinciais

A RPC possui 23 províncias, sendo as autoridades provinciais, órgãos de primeira linha da administração local. Os governos provinciais estão sujeitos à liderança do Conselho de Estado, que tem poderes para definir a divisão de responsabilidades entre estas e o Governo Central e para anular qualquer decisão proveniente destes órgãos. Às autoridades provinciais compete a implementação da legislação proveniente dos congressos provinciais e dos seus comités.

◆ Governos das municipalidades

Existem quatro municipalidades sob a administração directa do governo central: Beijing, Tianjin, Shanghai e Chongqing.

◆ Regiões autónomas

No início dos anos 80 começaram a ser estabelecidas as primeiras Zonas Económicas Especiais, às quais foram atribuídos níveis elevados de autonomia em termos de retenção das receitas fiscais por si recolhidas, bem como de grande margem de manobra no que respeita ao seu relacionamento económico com o exterior, nomeadamente no que respeita a investimento e parcerias com empresas locais.

◆ Governos das cidades de nível sub-provincial

São os governos de cidades de grande dimensão, cujos planos económicos são considerados separadamente no planeamento nacional e, cujo estatuto administrativo é inferior ao de um governo provincial, não se encontrando no entanto sob o controle administrativo dos governos das províncias. Estas cidades são quinze: Shenyang, Dalian, Changchun, Harbin, Jinan, Qingdao, Nanjing, Ningbo, Hangzhou, Xiamen, Wuhan, Guangzhou, Shenzhen, Xian e Chengdu.

◆ Governos das cidades ao nível das prefeituras

São cidades de grande ou média dimensão, com uma população superior a 250.000 habitantes, excluindo as cidades anteriormente referidas. A maioria da população destas cidades não se dedica à agricultura, possuindo um sector terciário cujo valor excede o valor da produção industrial, e que constitui normalmente mais de 35% do produto da cidade.

◆ Governos das cidades ao nível de condados

São governos criados em áreas relativamente pequenas. Estas cidades crescem normalmente a partir de vilas de um condado ou são criadas em substituição de um condado dissolvido. São cidades com predominância do sector rural. Estes governos estabelecem-se habitualmente em áreas sem um gabinete administrativo, recebendo ordens directamente dos governos provinciais ou das regiões autónomas.

◆ Governos Distritais

São governos urbanos estabelecidos em municipalidades sob controle directo do governo central, de cidades de nível sub-provincial ou ao nível das prefeituras. Estão sob a autoridade dos governos das municipalidades.

2. A composição dos governos locais

As províncias e as municipalidades sob administração directa do Governo Central são constituídas por governadores, vice-governadores, *mayors*³⁷, *vice-mayors*, secretários-gerais, directores de departamento e comissões.

Os governadores das províncias, os vice-governadores, *mayors* e *vice-mayors* são eleitos pelo congresso popular das províncias e das municipalidades. No espaço de dois meses após a sua eleição, os governadores e os *mayors* devem nomear secretários-gerais e directores de departamento.

Após esta breve descrição, apercebemo-nos que a distinção entre meio rural e urbano não é tão linear e clara, devido às várias divisões administrativas existentes na China. No entanto, por imposição administrativa, a divisão é feita sobretudo com base na actividade económica predominante.

³⁷ Calculamos que a tradução mais adequada seja 'Presidente de Câmara', mas dado que o documento original é em Inglês e estamos em presença de um sistema administrativo totalmente distinto do que conhecemos não arriscamos uma tradução directa da expressão

Capítulo 3: As dimensões da desigualdade

A análise da desigualdade na China implica a reflexão sobre a especificidade que o fenómeno assume neste país, tendo em conta várias dimensões, tentando-se definir com algum rigor as acepções de desigualdade a que nos referimos. Desta forma, serão desenvolvidos os conceitos de desigualdade regional, desigualdade intra-regional, desigualdade rural/urbana, desigualdade litoral/interior. Cada um dos tipos de desigualdade referidos tem origens distintas, questão que é também abordada.

A nossa abordagem da desigualdade é claramente uma abordagem da desigualdade espacial. Quanto aos aspectos da desigualdade que focam a repartição funcional e pessoal do rendimento, optámos por não nos ocupar deles nesta análise, em parte por não dispormos de dados que nos permitissem realizar esse tipo de estudo.

No que respeita à repartição funcional – de que forma é que a distribuição do rendimento se alterou em diferentes sectores de actividade – as únicas conclusões que nos foram permitidas retirar foram as de que se começaram a alterar em particular os salários em meio urbano, especialmente devido ao crescimento das empresas privadas, em que as capacidades dos trabalhadores começaram a ser remuneradas de forma diferenciada. Por outro lado as habilitações académicas passaram a ser alvo de uma remuneração muito superior, surgindo uma competição aguerrida pelos lugares nas melhores universidades.

Quanto à repartição pessoal do rendimento pensamos que a melhor forma de a sintetizar é através da observação da evolução do coeficiente de Gini durante as duas últimas décadas. Pensamos, ainda que incorrendo no risco de entrar em contradição com alguma especificação técnica, que a desigualdade da repartição pessoal do rendimento é de certa forma abarcada pela desigualdade regional, neste caso concreto. As diferenças

de rendimento entre os chineses podem ser lidas à luz da diferenciação de rendimentos entre regiões.

Partimos da ideia de que a desigualdade aumentou na China com a introdução de reformas com o objectivo de liberalizar a economia do país, fazendo-a obedecer progressivamente às leis do mercado e ensaiando, nas denominadas Zonas Económicas Especiais (ZEE's), a abertura ao investimento e ao comércio com o exterior. Ousáramos afirmar que os chineses são comerciantes e homens de negócios natos, dado o incrível *boom* comercial e de investimento estrangeiro registado pelas províncias com regimes económicos especiais (ZEE's). Não podemos esquecer-nos no entanto, que para além do "espírito empresarial inato" dos seus habitantes, estas regiões podem aplicar e oferecer incentivos ao comércio que não estão ao dispor das restantes regiões, nomeadamente incentivos fiscais ao investimento estrangeiro, retenção de receitas, etc.

Esta condição deve-se ao facto de serem dotadas de um regime jurídico que lhes permite um grau de autonomia muito superior ao das restantes regiões. Modelos de convergência regional como o proposto por Barro e Sala-i-Martin parecem não ter aplicabilidade ao caso chinês: as benesses do crescimento não se difundiram das regiões mais prósperas para as mais pobres, segundo o princípio de que o capital tende a fluir para onde é mais escasso, e consequentemente mais bem remunerado. É de acrescentar que a RPC é um país com uma economia nacional pouco integrada, que funciona ainda muito ao nível local e provincial, com muitas barreiras às transacções comerciais entre províncias e com legislações fiscais diferentes de província para província. Desta forma as regiões mais ricas continuam a distanciar-se a largos passos das regiões menos desenvolvidas³⁸.

³⁸ Ver quadro 7, pág.70

A explicação na base deste distanciamento reside na maior integração internacional das economias costeiras, permitindo-lhes tirar partido das vantagens do comércio e do investimento estrangeiros. Por outro lado as regiões costeiras também funcionam como pólos de atracção de mão-de-obra, proporcionando o aumento da sua densidade económica (produto regional bruto por km²), assente no *upgrade* do capital humano, em oposição à abundância de recursos naturais, mais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura nas zonas mais a interior.³⁹ Também os benefícios resultantes do crescimento económico e da melhoria das infra-estruturas só podem ser potenciados ao nível nacional quando existe uma economia nacional integrada, o que neste momento parece muito afastado da realidade chinesa.

A mobilidade da mão-de-obra ainda não é total e persistem os impostos à circulação de produtos e ao transporte entre regiões, muitas vezes resultado da má situação económica vivida nas regiões mais pobres de algumas províncias, que leva as autoridades locais a impor direitos arbitrários e ilegais. Por outro lado as responsabilidades fiscais contêm alguma indefinição, sendo que a recolha dos impostos é feita ao nível local, sendo posteriormente os fundos remetidos para o governo central. Neste processo podem ocorrer desvios de receitas fiscais, dado que o objectivo do desenvolvimento igualitário já não norteia o programa político do governo e os governos locais tendem a inquirir sobre a legitimidade do governo central lhes cobrar impostos, acrescentando à opinião mais ou menos generalizada de que as transferências de fundos do governo são escassas relativamente às necessidades de receitas das províncias, cidades, municipalidades.⁴⁰

³⁹ in *Spatial disparities in developing East Asia: a survey*, Hall Hill, Asian-Pacific Economic Literature, vol. 16, nº 1, May 2002, pp14

⁴⁰ idem

1. Desigualdade regional

A desigualdade regional tem origens antigas e está muito próxima da desigualdade entre o interior e as zonas costeiras. Porque são umas províncias incomparavelmente mais ricas do que outras? De 1978 até 1989 todas as províncias registaram tendências de crescimento económico, dando sinais de convergência das respectivas economias; de 1990 até 1997, as províncias mais prósperas da costa apresentaram um ritmo de crescimento superior, afastando-se das províncias mais a leste e interior.⁴¹ Houve convergência entre regiões costeiras, a norte e a sul (Guangdong, Fujian e Zhejiang), que não se alargou às províncias centrais e interiores (exemplos Ghizou).

A China é um país com uma grande variedade de actividades económicas: o Norte, em particular o nordeste, foi durante muito tempo favorecido por políticas de industrialização pesada, devido às grandes jazidas de recursos naturais no seu solo – nomeadamente carvão e gás natural. Assim que foram retirados os incentivos específicos às indústrias visadas por estas políticas, as regiões do sul e sudeste com maior apetência histórica para a actividade comercial⁴², começaram a demonstrar maior crescimento económico.

Com a abertura da China ao comércio internacional, iniciada em 1979 com as reformas de Deng Xiaoping, as regiões mais prósperas passaram a ser as províncias

⁴¹ De acordo com Jahangir Aziz e Christoph Duenwald *em China's Provincial Growth Dynamics*, IMF Working Papers, Jan. 2001⁴¹ As províncias do Sul e do Sudeste, nomeadamente a cidade de Cantão e de Shanghai foram as metrópoles onde os europeus instalaram os seus entrepostos para o intercâmbio comercial. Por outro lado, devido à proximidade do mar, possuíam maiores vantagens para o comércio marítimo de longo curso.

⁴² As províncias do Sul e do Sudeste, nomeadamente a cidade de Cantão e de Shanghai foram as metrópoles onde os europeus instalaram os seus entrepostos para o intercâmbio comercial. Por outro lado, devido à proximidade do mar, possuíam maiores vantagens para o comércio marítimo de longo curso.

costeiras, dotadas de grandes portos marítimos e da oportunidade de escoarem os seus produtos por via marítima.

2. Desigualdade campo-cidade

Os habitantes rurais foram durante muito tempo marginalizados em termos de políticas sociais relativamente aos habitantes urbanos. Por outro lado, no contexto das políticas de industrialização iniciadas nos anos 50 (ver Ponto 'Contexto Macroeconómico'), os habitantes rurais viram-se na contingência de produzir para assegurar o sustento da população urbana, fixando-se um preço administrativo para os produtos agrícolas, em particular para os cereais, muito inferior ao preço de mercado. O "campo" tinha como função alimentar a cidade, e a China deveria ser um país auto-suficiente em termos alimentares.

Neste contexto originaram-se várias situações de injustiça social e acentuou-se o fosso de nível de vida entre os habitantes urbanos e os habitantes rurais, que só se viria a esbater com a introdução das reformas agrícolas, a partir de 1979. Dos 109 milhões de pobres em 1998, segundo estatísticas do Banco Mundial⁴³, menos de 3 milhões vivem nas cidades, representando menos de 1% do total de pobres. Para além das políticas discriminatórias relativamente ao campo e à própria actividade agrícola, que secundarizaram o agricultor face ao trabalhador urbano, outras razões podemos encontrar para esta diferenciação.

As más condições ao nível de infra-estruturas básicas – estradas, sistema de transportes e de comunicações - fazem com que muitas famílias habitando em áreas montanhosas, vivam praticamente isoladas dos benefícios da "civilização", e do próprio acesso a ajuda por parte das autoridades locais. A distribuição de ajuda, sob a forma de

⁴³ in *Overcoming rural poverty*, World Bank, 1998

pequenos subsídios ou de rações alimentares é feita pelas autoridades locais, permitindo uma relação de maior proximidade com os beneficiários da ajuda.

Estas mesmas condições de isolamento privam muitas crianças do acesso à educação básica, uma condição essencial para a realização de uma actividade fora do sector primário. A adesão da RPC como membro de pleno direito da OMC, evidenciará a necessidade de um número cada vez maior de trabalhadores qualificados.

A diversa literatura sobre desigualdade na China contemporânea parece apontar no sentido de que a característica mais significativa da desigualdade neste país continua a ser, como no passado, a diferenciação de rendimentos e de “recursos sociais” entre os habitantes rurais e os habitantes urbanos. M. Francis Johnston⁴⁴ define “recursos sociais” como rendimento, riqueza e acesso a serviços públicos.

Apesar da percepção da grande importância da desigualdade em todas as suas dimensões (social, regional) no que respeita à política interna chinesa, o governo não parece sinceramente comprometido com a tomada de decisões para a resolução do problema. Várias teses se discutem no que respeita à relação entre desigualdade e desenvolvimento económico (ver capítulo anterior).

Em nenhuma da bibliografia analisada se refere, no entanto, a questão da coesão nacional, que um problema de desigualdade muito acentuado poderia comprometer (actualmente a relação de riqueza entre as províncias mais pobres e as mais ricas é de 11:1, enquanto nos EUA esse valor se fixa em 3:1⁴⁵). Um grande político chinês da “velha guarda” afirmava que “não importava que houvesse pobreza; desde que não existissem ricos e pobres”. Mais do que a pobreza, a situação mais insustentável em termos sociais é o facto de uns serem pobres e outros serem ostensivamente ricos. É

⁴⁴ In ‘*Urban-regional analysis – manufacturing zones, urban employment and spatial inequality in China*’, pp. 1-21, *China Quarterly*, March 1999

⁴⁵ in *Development Challenges in the New Century*, 1997, Banco Mundial

essa situação que se verifica actualmente entre a população chinesa. Nas metrópoles de Shanghai, Pequim e em algumas cidades das províncias costeiras, relatam-se histórias de verdadeiros *tycoons*, que terão construído as suas fortunas a partir do nada, tirando partido do clima propício ao investimento em vigor nestas zonas.

Apesar do grande crescimento económico das zonas rurais, continua ainda a existir um grande *gap* em termos de qualidade de vida entre o campo e a cidade. Este fosso é, em grande parte, devido à pobreza de infra-estruturas, especialmente no que diz respeito a vias de comunicação (estradas, linhas ferroviárias, e mesmo ligações aéreas), e que constituem, por seu lado, um obstáculo à difusão de certos benefícios tecnológicos às regiões mais isoladas e conseqüentemente, menos desenvolvidas e mais carenciadas em termos económicos. Por outro lado, as políticas governamentais orientaram-se muito pouco para o esbatimento da fractura entre estes dois “tipos de cidadãos”. Apesar de, em termos absolutos o número de pobres chineses ter sido drasticamente reduzido, a desigualdade é uma questão que assume proporções cada vez mais preocupantes.

3. Desigualdade interior/zonas costeiras

A desigualdade entre as províncias do interior e as zonas costeiras começou a acentuar-se a partir de 1984, com a abertura da maioria das cidades costeiras ao comércio com o exterior. Pensou-se que estas zonas seriam um “laboratório de ensaio” da economia de mercado e da liberalização do comércio com o exterior, no seio da China. No entanto, sem uma reforma global do sistema económico e a aplicação de políticas de desenvolvimento regional apropriadas, os benefícios que o comércio internacional traz a estas regiões não são difundidos às regiões mais desfavorecidas.

Várias análises tentam identificar a componente mais significativa da desigualdade de distribuição do rendimento na China, discutindo-se em particular a

importância relativa da dimensão rural-urbana e da dimensão interior-litoral. De uma forma geral, os vários autores convergem para a opinião de que a assimetria de rendimentos e de nível de vida entre o campo e a cidade sempre foram as mais significativas, nomeadamente pelos motivos anteriormente apresentados⁴⁶. No entanto, a partir da década de 90, e com o acentuar da liberalização económica e das relações comerciais com o exterior, começou a ganhar importância a dimensão interior-costa para explicar a assimetria da distribuição de rendimentos.

Démurger e Sachs em *Geography, Economic Policy and Regional Development in China* justificam a diferenciação da distribuição do rendimento pelo território chinês com base na distância a um porto marítimo⁴⁷. Esta análise reveste-se de particular importância num país com as dimensões da China, não negligenciando a sua natureza eminentemente continental, aliada à carência endémica que sempre tem apresentado no que respeita a vias de comunicação. A partir do momento em que o comércio passa a ser um dos motores essenciais do crescimento económico, toda a orla litoral - nomeadamente as cidades costeiras das províncias de Zhejiang, Fujian, Guangdong e Guanxi, e as cidades de Tianjin e Qingdao, nas províncias de Hebei e Shandong, respectivamente - se posiciona inequivocamente numa situação de vantagem comparativa, relativamente às regiões mais ocidentais, para fazer face ao desafio da abertura comercial ao exterior.

Não obstante esta situação de desvantagem inicial ligada não só à localização geográfica, mas às próprias políticas de atracção de investimento, foram escassas as iniciativas governamentais no sentido da promoção de uma política específica de desenvolvimento regional. Entre 1963-75, apostou-se na deslocalização de algumas

⁴⁶ Nomeadamente Kanbur e Zhang no artigo 'Which regional Inequality? The evolution of rural-urban and inland-coastal inequality in China from 1983 to 1995'

⁴⁷ Como em Démurger, S., Sachs, J. et.al em ' *Geography, Economic Policy, and Regional Development in China* '

indústrias controladas pelo Estado (SOE's) para as zonas mais remotas, próximas das fronteiras ocidentais com o intuito de criar uma fronteira defensiva, a chamada "Terceira Frente", em pleno ambiente de Guerra Fria. Desde então, a questão das desigualdades inter-regionais foi relativamente negligenciada, tendo sido referida recentemente no Nono Plano Quinquenal (1996-2000) e constituído uma das "pedras de toque" do último Plano Quinquenal do governo que vigorará até 2005. Recentemente foi lançada a iniciativa *Develop the West*, que enuncia que cerca de 2/3 das receitas fiscais dos anos de 1998 e 1999 sejam direccionadas para as províncias centrais e ocidentais.⁴⁸

Em síntese, verifica-se um grande desenvolvimento económico de toda a zona costeira (rural ou urbana) e em toda a sua área adjacente, contrastando cada vez mais com os índices de desenvolvimento das restantes províncias. Muitas TVE's⁴⁹ beneficiaram precisamente deste clima de crescimento e puderam começar a exportar numa escala nunca anteriormente prevista, beneficiando assim dos "efeitos de contágio" (*trickle-down effects*) destas zonas.

4. A pobreza temporária

Uma dimensão muito importante da desigualdade na China tem sido, desde meados dos anos 90, a da pobreza temporária.

O conceito de pobreza temporária refere-se àquele tipo de pobreza não permanente, provocado na maioria das vezes por choques de rendimento (Jalan e Ravallion, 1998) e que, aliado à inexistência de uma rede de segurança social institucional (*safety net*), pode passar de temporário a permanente. A pobreza

⁴⁸ De acordo com Aziz e Duenwald em *China's Provincial Growth Dynamics*, FMI, 2001

⁴⁹ Township and Village Entreprises: empresas criadas nas zonas rurais e normalmente de propriedade colectiva. A sua gestão é normalmente exercida por membros das autoridades locais

temporária tem assumido uma importância considerável na China, tendo em conta as alterações económicas ocorridas nas últimas décadas, e em particular desde o início dos anos 90. Com a reconversão das empresas estatais, ditada pela necessidade de diminuição da participação do Estado na economia e pela exigência de um maior nível de eficiência económica, o esquema de protecção social outrora garantido por estas empresas ao funcionário e a toda a sua família, foi sendo progressivamente reduzido. Por outro lado, o desemprego assumiu dimensões cada vez mais significativas, e tendo em conta a taxa de dependência na China⁵⁰, com efeitos cada vez mais pronunciados sobre o tecido social do país.

Este tipo específico de pobreza não tem sido contemplado nos programas governamentais de alívio da pobreza⁵¹. As medidas de *targeting* ou identificação da pobreza na China têm sido implementadas no sentido da identificação geográfica da mesma, tendo em conta a classificação das províncias mais pobres em termos de rendimento, critério que apresenta pouca utilidade para a identificação da pobreza temporária.

A pobreza temporária só pode ser identificada ao nível local. Assim sendo, os relatórios mais recentes do Banco Mundial sobre a China – *Overcoming Rural Poverty* e *Sharing Rising Incomes* - destacam a importância da criação de esquemas com capacidade de proporcionar às famílias uma base de apoio em situações de alteração súbita de rendimento. Desta forma referem-se como possíveis medidas a adoptar: a disponibilização de créditos para fazer face a situações de alteração inesperada de rendimento, a possibilidade de recomposição de stocks alimentares, opções de seguro, etc.

⁵⁰ N° de não activos dependentes por cada membro activo, em cada família. Na China este ratio é elevado, segundo os padrões ocidentais

⁵¹ De acordo com Relatório do Banco Mundial '*Overcoming Rural Poverty*', 1998

As economias asiáticas, de uma forma geral, nunca confiaram ao Estado a tarefa de zelar pelo bem-estar dos indivíduos. A tradição, fundada numa cultura milenar, baseia-se na confiança na unidade familiar e no seu apoio para a protecção e cuidado dos seus membros. No entanto, e com a alteração das condições sociais e laborais que permitiam às famílias cuidar dos mais velhos e das crianças, surgiu a necessidade do Estado assumir deveres sociais.

A RPC debate-se actualmente com um problema de envelhecimento da população, e na ausência ou desenvolvimento incipiente de um esquema institucional de segurança social, acrescido ao facto de as mulheres exercerem cada vez mais uma actividade assalariada fora de casa, torna difícil assegurar o cuidado dos mais velhos e das crianças.

A desigualdade na China tem pois características muito próprias, com origens na sua História, nas políticas introduzidas pelo regime comunista desde 1949, e pelos próprios contornos tomados pela abertura económica. Desta forma é importante distinguir entre desigualdade rural e entre desigualdade urbana, e suas distintas origens.

5. A desigualdade rural

A desigualdade em meio rural tem características muito específicas. Quando em 1949 se iniciaram as reformas agrícolas e se colectivizou a propriedade da terra, a população rural tornou-se toda equitativamente pobre. Os preços dos produtos agrícolas não podiam oscilar mais de 2% em torno do preço definido administrativamente. Em 1979 iniciam-se as reformas rurais introduzindo-se o *Household Responsibility System* (Sistema de Responsabilidade das Famílias⁵²), que coloca nas mãos do agregado

⁵² Nossa tradução

familiar a gestão da respectiva parcela de terra. Põe-se igualmente fim ao Sistema Comunal, que geria autocraticamente a produção agrícola dos camponeses.

No período decorrido entre 1978 e 1984, a produção agrícola aumentou a um ritmo de 15% ao ano, demonstrando o vigor produtivo dos camponeses (Li Shi, 2001), quando confrontados com uma gestão mais autónoma da propriedade e perante a oportunidade de venderem pelo menos uma parte da produção a preços de mercado.

Só a partir de 1984, com a introdução de medidas de liberalização económica, nomeadamente de liberalização comercial, se começam a notar disparidades entre os rendimentos dos habitantes rurais. A principal razão para esta situação nova foi a abertura do meio rural ao mundo empresarial. As empresas locais (TVE's) foram em parte a resposta do mundo rural à impossibilidade de deslocação dos seus habitantes para as cidades em busca de melhores condições de vida. Assim sendo e ficando a cargo das autoridades locais, estas empresas deram a oportunidade a alguns trabalhadores agrícolas de desempenharem um trabalho para além da agricultura, permitindo-lhes diversificar as suas fontes de rendimento e diminuir o risco.

A diferenciação ao nível do rendimento começou precisamente a operar-se entre aqueles que permaneceram no campo e entre aqueles que para além do trabalho agrícola, também executavam trabalho assalariado.

Em meio rural o factor de diferenciação social passou a ser a capacidade de iniciativa privada e a possibilidade de exercer uma actividade extra-agrícola. No entanto a possibilidade de trabalhar numa TVE não é de acesso generalizado, mas sim baseada na nomeação e designação por parte das autoridades locais. No trabalho *Rising Wealth Inequality and Changing Social Structure in Rural China, 1988-95*⁵³, refere-se a alteração dos determinantes da riqueza e posição social na China rural. Antes das

⁵³ de Terry McKinley e Mark D Brenner

reformas, a pertença ao Partido Comunista ou o facto de se exercerem funções na administração pública – na administração local, no exército, nas empresas estatais – eram por si só factores de prestígio e logo, possibilidades mais alargadas de alcançar mais-valias em termos de vantagens económicas.

Com a introdução da economia de mercado, assistimos a uma diminuição da importância do Partido em termos de vantagens económicas para os seus membros. Da antiga hierarquia, os únicos que parecem poder tirar proveito da sua posição em termos de vantagens económicas, são os quadros de posição mais elevada da administração local ou das empresas públicas. Estes quadros, conseguiram, de acordo com esta análise, tirar partido da sua anterior posição privilegiada para a “nova ordem”, assumindo cargos de destaque em empresas privadas, nas empresas colectivas (TVE's) ou outros cargos públicos.

6. A desigualdade urbana

A desigualdade urbana relaciona-se intimamente com a diferenciação em termos de ocupação e de educação. Nos últimos anos os chineses a desempenharem funções nas empresas estatais viram os seus privilégios diminuir, a par do aumento do desemprego, à medida que o mercado ia tomando conta da economia.

Os subsídios para habitação, educação e saúde, que constituíam parte importante da remuneração mensal destes trabalhadores, diminuíram à medida que estas empresas se viram na contingência de diminuir custos e de se reestruturarem. Evidenciou-se desta forma a abertura de uma brecha salarial entre os trabalhadores das empresas estatais e os trabalhadores das empresas privadas.

Estes últimos começaram a ser mais bem pagos, seguindo a lógica de mercado de que os mais competentes/qualificados devem ser recompensados segundo o seu

mérito, e não equitativamente como no modelo comunista de economia. Neste contexto deve referir-se que só o modelo comunista permitia a uniformização dos vencimentos dos funcionários de diferentes níveis funcionais e sectoriais; a entrada na economia de mercado veio salientar e premiar as competências individuais baseadas na experiência, na formação académica, etc.

Knight⁵⁴ conclui que a desigualdade urbana ocorre essencialmente devido ao aumento das diferenças salariais com base no nível de educação. A diferença salarial entre trabalhadores com um diploma do ensino superior e entre os que possuíam a instrução primária era de 9% em 1988, fixando-se em 42% em 1995. Por outro lado, a relação positiva e crescente entre educação e salário, adquiria o dobro da importância nas zonas costeiras comparativamente às zonas do interior, no ano referido.

Apesar destas circunstâncias e da pior preparação em termos educacionais da população rural relativamente à urbana, continuou a assistir-se ao aumento dos fluxos migratórios do campo para as cidades. Estes movimentos, se bem que ainda não totalmente “legalizados” assumiram contornos menos transgressores, ou pelo menos objecto de uma punição inferior na última década. Registou-se adicionalmente uma deterioração das condições de vida nas cidades, com extensos subúrbios habitados por migrantes flutuantes e permanentes, provenientes do campo, mas impedidos de usufruir à partida dos direitos a habitação, educação para os filhos e cuidados de saúde, disponibilizados aos restantes habitantes das cidades.

Por outro lado, um outro factor com grande influência na distribuição do rendimento urbano é o grau de dependência: as famílias com menos dependentes a seu cargo tendem a usufruir de um melhor nível de vida.

⁵⁴ J. Knight e Zhao Renwei na obra *'A spatial analysis of wages and incomes in urban China: divergent means, convergent inequality'*, in *'Spatial disparities in developing East Asia'*, Hall Hill

7. Os números da pobreza e da desigualdade

7.1 A linha de pobreza

A partir da introdução das reformas económicas, em 1978, o número de pobres tem vindo a diminuir, apesar desta tendência não ser linear nem contínua, em particular desde 1996 (ver quadro abaixo).

Entre 1981 e 1984, todos os sectores da sociedade beneficiaram do aumento de bem-estar; entre 1984 e 1989 os rendimentos pessoais estagnaram e tornaram-se progressivamente desiguais; entre 1990 e 1995 verificou-se um acréscimo no rendimento total, sem consequências para os mais pobres das camadas mais desfavorecidas, resultando em significativos aumentos da desigualdade. No final de 1995, menos de 6% da população total viveria abaixo da linha de pobreza oficial⁵⁵.

No entanto e prevalecendo a tendência vigente em 1981, ano em que tiveram início as reformas agrícolas que resultaram na melhoria do nível de vida da população rural, a pobreza localizava-se maioritariamente nas zonas rurais; só 0,3% dos pobres residem nas zonas urbanas.

2. Incidência da pobreza rural por províncias e regiões

(1996)

(1988)

	População rural (milhões)	Número de pobres rurais (milhões)	Incidência da pobreza (%)		Número de pobres rurais (milhões)	Incidência da pobreza (%)
Norte	83,6	3,8	4,6	Norte	11,7	15,2
Beijing	3,7	0,0	0,8	Beijing	0,0	0,5
Tianjin	3,9	0,0	0,3	Tianjin	0,1	1,8
Hebei	53,2	2,1	3,9	Hebei	6,9	14,0
Shanxi	22,8	1,7	7,5	Shanxi	4,7	22,1
Nordeste	55,0	2,5	4,7	Nordeste	5,5	10,2
Liaoning	22,2	0,6	2,9	Liaoning	1,8	8,0
Jilin	14,4	0,7	4,7	Jilin	1,3	8,8
Heilongjiang	18,4	1,2	6,7	Heilongjiang	2,5	13,6

⁵⁵ Segundo *Sharing rising incomes: disparities in China*, Banco Mundial, 1997

Este	272,0	3,2	1,2	Este	17,9	7,0
Shanghai	3,8	0,0	0,1	Shanghai	0,0	0,3
Jiangsu	53,1	0,1	0,1	Jiangsu	2,4	4,5
Zhejiang	35,9	0,0	0,1	Zhejiang	1,0	2,8
Anhui	49,8	1,4	2,7	Anhui	4,7	10,3
Fujian	26,4	0,1	0,5	Fujian	0,9	3,9
Jiangxi	32,0	0,2	0,7	Jiangxi	2,5	8,5
Shandong	71,0	1,4	1,9	Shandong	6,4	9,4

Centro	233,3	5,7	2,6	Centro	27,8	13,6
Henan	77,5	3,3	4,3	Henan	17,6	25,0
Hubei	40,3	1,1	2,7	Hubei	4,4	11,0
Hunan	53,2	0,8	1,5	Hunan	4,0	7,9
Guangdong	57,5	0,1	0,2	Guangdong	1,3	2,7
Hainan	4,8	0,4	8,2	Hainan	0,5	12,1

Sudoeste	198,3	20,7	10,5	Sudoeste	38,4	20,5
Chongqing	---	1,6	6,6	Chongqing	---	---
Sichuan	---	4,9	7,0	Sichuan	15,3	16,7
Guizhou	29,8	3,8	12,8	Guizhou	6,3	23,0
Yunnan	33,5	7,7	22,9	Yunnan	7,4	23,8
Tibete	2,1	0,2	10,1	Tibete	0,6	32,3
Guangxi	39,0	2,5	6,4	Guangxi	8,7	24,1

Noroeste	77,2	14,3	18,6	Noroeste	18,9	26,2
Mongólia Interior	14,2	1,3	9,3	Mongólia Interior	2,4	17,3
Shaanxi	27,5	4,8	17,5	Shaanxi	6,4	24,9
Gansu	19,7	4,5	22,7	Gansu	6,8	38,4
Qinghai	3,3	0,6	17,7	Qinghai	0,7	22,4
Ningxia	3,7	0,7	18,5	Ningxia	0,8	24,7
Xinjiang	8,8	2,4	27,4	Xinjiang	1,7	22,3

7.2 O poverty gap

Tendo em conta a linha de pobreza de 0,66 dólares/dia, a brecha de rendimento dos pobres rurais era, em 1997, de 1,35%. O aumento da distância entre o rendimento dos pobres em relação a um determinado limiar de pobreza começa quando passamos da linha de 0,75 USD/dia para 1 dólar dia: o *poverty gap* aumenta de 1,86 para 3,81%⁵⁶. Segundo Shaohua Chen e Yan Wang⁵⁷, em 1999 o *poverty gap* rural aumenta para 7,3%, se considerarmos a linha de pobreza de 1 dólar/dia, quando em 1996 era de 6,7%. Se considerarmos a linha de pobreza de 0,5 dólares/dia a tendência da evolução do *poverty gap* aponta também para um aumento da diferença do rendimento médio dos

⁵⁶ Segundo dados recolhidos em *Overcoming rural poverty*, World Bank, 1998

⁵⁷ Segundo Shaohua Chen e Yan Wang, *China's Growth and Poverty Reduction: Recent trends between 1990 and 1999*, World Bank, July 2001

pobres em relação a esta linha (de 0,9 para 1,2%, respectivamente), no período acima considerado.

3. Poverty gap, 1990-97 (%)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Linhas de pobreza								
0,5	0,739	1,243	0,897	1,428	1,459	1,074	0,594	0,837
0,66*	1,815	2,809	2,193	2,718	2,668	2,104	1,118	1,351
0,71*	2,721	3,731	3,000	3,480	3,362	2,700	1,447	1,657
0,75	3,311	4,334	3,539	3,985	3,816	3,091	1,674	1,863
1,00	8,312	9,223	8,272	8,427	7,743	6,145	3,895	3,813

Utilizando a média do rendimento *per capita*

0,66 e 0,71 dólares /dia foram as linhas de pobreza oficiais definidas respectivamente para os anos de 1996 e 1997, pelo governo chinês

4. Incidência da pobreza rural nas províncias do leste (litoral)

	Total de população em 1997 (milhões)	População rural em 1996 (milhões)	% de população rural	Incidência da pobreza rural (%)
Shanghai	13,0	3,8	29,2	0,1
Jiangsu	69,48	53,1	76,4	0,1
Zhejiang	44,2	35,9	81,2	0,1
Fujian	33,32	26,4	79,2	0,5
Shandong	87,85	71,0	80,8	1,9
Beijing	12,85	3,7	28,7	0,8
Tianjin	9,5	3,9	41,0	0,3
Guangdong	70,13	57,5	81,9	0,2
Hainan	7,24	4,8	66,2	8,2

5. Incidência da pobreza rural nas províncias centrais

	Total de população em 1997 (milhões)	População rural em 1996 (milhões)	% de população rural	Incidência da pobreza rural (%)
Hebei	66,2	53,2	80,3	3,9
Shanxi	31,9	22,8	71,4	7,5
Henan	92,43	77,5	83,8	4,3
Hubei	58,73	40,3	68,6	2,7
Hunan	64,65	53,2	82,2	1,5
Guangxi	47,0	39,0	82,9	6,4
Anhui	62,19	49,8	80,0	2,7
Jiangxi	41,50	32,0	77,1	0,7

6. Incidência da pobreza rural nas províncias ocidentais

	Total de população em 1997 (milhões)	População rural em 1996 (milhões)	% de população rural	Incidência da pobreza rural (%)
Ningxia	5,28	3,7	70,0	18,5
Shaanxi	35,70	27,5	77,0	17,5
Sichuan	85,64	---	---	7,0
Chongqing	---	---	---	6,6
Guizhou	36,63	29,8	81,3	12,8
Yunnan	41,58	33,5	80,5	22,9
Gansu	24,94	19,7	78,9	22,7
Qinghai	5,0	3,3	66,0	17,7
Xinjiang	17,18	8,8	51,2	27,4
Tibete (Xizang)	2,47	2,1	85,0	10,1

Fonte: elaborado com base nas estatísticas do Banco Mundial (2001), ONU e OCDE (2002)

¹¹ Em RMB

Análise dos quadros sobre pobreza rural, por regiões e por províncias

Os quadros em cima permitem-nos concluir que a população chinesa apesar de ainda registar um elevado grau de ruralização no seu todo, expressa também um grau de ruralização inversamente proporcional à proximidade do mar, ou neste caso directamente proporcional à “ocidentalização”. Esta tendência não é contudo linear, uma vez que as províncias ocidentais registam uma proporção inferior de população rural relativamente à registada pelas províncias centrais, uma diferença de 5,5% em média. As províncias costeiras registam uma percentagem de população rural na ordem dos 62,7%; enquanto para as províncias centrais esse valor é de 78,3%. As províncias ocidentais têm uma taxa de ruralização na ordem dos 73,7%.

A incidência da pobreza rural é notoriamente mais significativa à medida que avançamos para ocidente - uma média de 16,3% da população rural das províncias ocidentais vive abaixo da linha de pobreza oficial, segundo dados de 1996. Já nas províncias centrais essa incidência é de 2,9%; no litoral a incidência da pobreza rural é de 0,4%, se excluirmos a ilha de Hainan.

7.3 O coeficiente de Gini

A China apresentou um rápido crescimento da desigualdade, medido através do coeficiente de Gini. Em 1981 o coeficiente de Gini na RPC era de 0,28; em 1995 atingia o valor de 0,38, representando os rendimentos rurais em média, 40% dos rendimentos

urbanos, quando em 1983 esse valor correspondia a 59%⁵⁸. O coeficiente de Gini pode ser apresentado sob a forma de percentagem: durante o período acima referido a desigualdade aumentou dez pontos percentuais, tendo em conta um diferencial de 10% de custo de vida entre o meio rural e urbano.

7.4 A relação entre o crescimento e a localização geográfica: a desigualdade espacial

No primeiro capítulo abordámos a questão da actualidade das teses que defendem uma relação entre a localização geográfica e o crescimento económico. Visto que esta se relaciona também com uma das dimensões de desigualdade analisadas (litoral/interior) mostramos de seguida os resultados que conseguimos apurar com base na seguinte tabela:

7. Relação entre PIB per capita, ruralização e posição geográfica

Províncias litorais

	Total de população em 1997 (milhões)	População rural em 1996 (milhões)	% de população rural	PIB per capita em 1999 ¹
Shanghai	13,0	3,8	29,2	30.805
Jiangsu	69,48	53,1	76,4	10.699
Zhejiang	44,2	35,9	81,2	11.981
Fujian	33,32	26,4	79,2	10.969
Shandong	87,85	71,0	80,8	8.648
Beijing	12,85	3,7	28,7	19.803
Tianjin	9,5	3,9	41,0	15.932
Guangdong	70,13	57,5	81,9	11.739
Hainan	7,24	4,8	66,2	6.227
Total				126.803

¹ Em RMB

Províncias centrais

	Total de população em 1997 (milhões)	População rural em 1996 (milhões)	% de população rural	PIB per capita em 1999 ¹
Hebei	66,2	53,2	80,3	6.913
Shanxi	31,9	22,8	71,4	5.117

⁵⁸ De acordo com *Sharing rising incomes...*, cap. 2, p.16

Henan	92,43	77,5	83,8	4.899
Hubei	58,73	40,3	68,6	6.511
Hunan	64,65	53,2	82,2	5.227
Guangxi	47,0	39,0	82,9	4.464
Anhui	62,19	49,8	80,0	4.710
Jiangxi	41,50	32,0	77,1	4.673
Total				42.514

Províncias ocidentais

	Total de população em 1997 (milhões)	População rural em 1996 (milhões)	% de população rural	PIB per capita em 1999 ¹
Ningxia	5,28	3,7	70,0	4.477
Shaanxi	35,70	27,5	77,0	4.107
Sichuan	85,64	---	---	4.356
Chongqing	---			4.852
Guizhou	36,63	29,8	81,3	2.463
Yunnan	41,58	33,5	80,5	4.444
Gansu	24,94	19,7	78,9	3.595
Qinghai	5,0	3,3	66,0	4.707
Xinjiang	17,18	8,8	51,2	6.653
Tibete (Xizang)	2,47	2,1	85,0	---
Total				39.654

PIB per capita, ruralização e posição geográfica

O PIB *per capita* das províncias costeiras é em média de 14.089 yuans, havendo no entanto uma grande discrepância entre as províncias consideradas. Shanghai é a província que apresenta rendimentos nitidamente acima da média: cerca de 11.000 yuans de diferença de produto *per capita* relativamente à 2ª província, Beijing. A diferença em termos de produto relativamente a Tianjin, a terceira do *ranking*, é de cerca de 15.000 yuans. As províncias - Jiangsu, Zhejiang, Fujian e Guangdong - aproximam-se em termos de produto, distando no máximo em 1.000 yuans *per capita* entre si. As províncias que mais se afastam da média do conjunto são Shandong, ao norte, e Hainan, ao sul.

O produto *per capita* das províncias centrais é em média de 5.314 yuans, afastando-se bastante do produto registado pelas suas congéneres do litoral. O desvio em relação às províncias de rendimento intermédio do grupo anterior é de cerca de 5.000 yuans, permitindo ter em conta a importância da localização geográfica, nomeadamente a proximidade ou o afastamento ao litoral, em termos de desempenho económico das diferentes províncias.

No contexto das províncias costeiras, Shanghai e Beijing são aquelas que registam um grau inferior de ruralização (29,2 e 28,7%, respectivamente) e são, como já referido, as duas províncias com o maior produto a nível nacional. Tianjin regista uma proporção de população rural de 41%, mas as províncias que se lhe seguem em termos de produto têm uma taxa de ruralização na ordem dos 80%.

Se observarmos os dados relativos ao produto referentes a 1980 (início das reformas), podemos constatar que existiam disparidades notórias entre as províncias que actualmente registam níveis de riqueza superiores (Shanghai, Beijing e Tianjin) e as restantes províncias da RPC. No entanto a diferenciação de rendimentos entre as províncias litorais e sem acesso ao mar não era tão significativa como no final dos anos 90. O PIB per capita do conjunto das províncias costeiras (excluindo os casos acima referidos) era em média de 418,5 yuans, quando para as províncias centrais era de 356,5 e para as ocidentais de 364,1 yuans. Neste contexto poderíamos observar que nessa época as províncias ocidentais gozavam de uma situação económica em média mais favorável que a situação das províncias centrais.

8. Determinantes da desigualdade

O nível de desigualdade e a sua alteração ao longo do tempo depende de factores como o emprego, a educação, o acesso à propriedade, etc. Os pontos seguintes destinam-se a esclarecer os efeitos dos factores acima referidos sobre os níveis de desigualdade na China.

8.1 Mercado laboral

Em 1986 inicia-se a alteração da lei laboral, através da publicação da Lei sobre os Contratos Laborais que aboliu os contratos vitalícios e a Lei dos Despedimentos⁵⁹, dirigidas essencialmente aos trabalhadores das empresas estatais, autorizando o despedimento com base na incapacidade do trabalhador exercer as suas funções de acordo com as directivas da empresa ou com base na falta de qualificações do empregado. Desde este período os contratos laborais passaram a ser a termo certo na sua generalidade, variando a sua duração entre 1 a 5 anos, sem possibilidade de renovação. A Lei das Falências, por outro lado, permitia o despedimento de empregados com base em razões económicas, ou seja por falência ou necessidade de contenção de despesas.

Surge então uma nova forma de desemprego urbano, que implica o vínculo à antiga empresa por parte do trabalhador, mas que na prática já recebeu um aviso de despedimento. Estes “empregados”, que constituem a categoria de *xiagang*, recebem um subsídio de desemprego que representa uma espécie de rendimento mínimo de subsistência com carácter decrescente, por parte da antiga entidade empregadora, ao

⁵⁹ in ‘*Labour mobility and unemployment in China*’, Diana Hochraich, Dez. 2001

longo de um período de três anos subsequentes ao aviso de despedimento. Estima-se que constituam 20% da população urbana considerada oficialmente activa⁶⁰.

Existem também os *shiye*, que são trabalhadores oficialmente desempregados e que representam 6% da população urbana activa. Estes recebem um subsídio de desemprego de um valor ainda inferior ao dos *xiagang* – de 170 *yuan*, ou 20 USD mensais – representando entre 60 a 70% do seu anterior salário.

Os programas massivos de despedimento com o objectivo de aumentar a eficiência das empresas estatais iniciaram-se em 1997; a última vaga de *xiagang* - despedidos em 1999 - terá perdido qualquer tipo de benefício social ao longo de 2002.

O mercado laboral chinês tem pois características muito particulares. A falta de mobilidade dos trabalhadores entre meio rural e urbano anteriormente referida, e a existência de outros obstáculos ao funcionamento eficiente deste mercado, impedem que seja capaz de dar resposta às exigências e desafios propostas pela adesão à OMC. Mesmo em meio urbano existe um duplo mercado de emprego - para os ex-trabalhadores das empresas estatais e para os restantes desempregados. Estes em princípio recebem melhores ofertas que os restantes. Por outro lado, segundo Hochraich⁶¹ o reajustamento económico em curso não leva à criação de mais emprego, mas sim à sua destruição, destacando que o sector dos serviços, como por exemplo o da alta finança, para o qual se calcula um grande *boom* já no final desta década, não seja um sector com grande capacidade de gerar emprego. Outros autores, no entanto, consideram que a liberalização do sector industrial e dos serviços será responsável pela criação de novas oportunidades de emprego.

Um grande estrangulamento existente no mercado do emprego, prende-se com a formação dos trabalhadores - possuidores de um conhecimento normalmente

⁶⁰ idem

⁶¹ idem

unifuncional, adquirido nas grandes empresas estatais, sem actualização de conhecimentos através de formação profissional e centrado em métodos de trabalho e maquinaria obsoletos. Por outro lado, as cláusulas de adesão ao acordo com a OMC prevêm que deixe de ser possível a exigência de uma parceria com uma empresa nacional, por parte da RPC, para o estabelecimento de empresas estrangeiras, ou a aplicação de acordos de transferência de tecnologia para o mesmo efeito.

Desde 1993 que o PCC tem tomado medidas no sentido de “arrefecer” a economia com o objectivo de travar a inflação; simultaneamente lança um conjunto de decisões destinado a estabelecer “um sistema de socialismo de mercado”⁶², para a modernização do sistema empresarial.

8.2 Educação

O sistema educacional chinês foi considerado bastante razoável durante o período comunista. Apesar de o país ser classificado como um “país do terceiro mundo”, os seus indicadores educacionais situavam-se muito acima dos verificados em outros países, mesmo da região, incluídos na mesma categoria de pobreza. Uma das causas deste relativo sucesso prende-se com o pressuposto de igualdade social implícito no comunismo, mas também com a necessidade de “lavagem cerebral” e de endoutrinamento ideológico que o regime e a sua própria sobrevivência implicavam. A educação, para além de ser ministrada à maioria das crianças em idade escolar, – no campo e nas cidades – estava também presente no local de trabalho.

Com a introdução das reformas económicas e o progressivo abandono da “linha dura” seguida por Mao Tse Tung, foram-se pondo de parte os princípios da igualdade e da provisão assegurada de bens básicos a toda a população. A ascensão no mercado

⁶² in *‘Facing unemployment: urban layoffs and the way out in post-reform China’*, 1993-99, Yang Guang, Euro-Asia Management Studies

laboral começou a fazer-se com base no conhecimento e na experiência, quando antes assentava no tempo de serviço e num sistema de promoções automáticas, assentes na antiguidade. A diferenciação começou assim a elaborar-se com base na educação e esta tornou-se alvo de cobiça e de competição por parte dos estudantes. Conseguir entrar na universidade mais conceituada tornou-se o objectivo supremo de uma parte considerável dos jovens chineses.

Também as preocupações “igualitárias” do governo se foram esvanecendo, estabelecendo-se diferentes períodos de duração da escolaridade obrigatória para as diferentes províncias, em função dos rendimentos e do rendimento *per capita* provincial

8.3 Acesso à propriedade

Não temos informações muito precisas sobre o impacte das reformas económicas sobre a distribuição da propriedade da terra. O Sistema de Responsabilidade das Famílias iniciado em 1984⁶³, dotou cada família rural de uma certa autonomia sobre a sua parcela de terreno, nomeadamente quanto às colheitas a produzir, as quantidades, etc.

De uma forma geral sabe-se que este sistema trouxe benefícios à produção agrícola e ao mundo rural, em geral, fazendo aumentar os seus rendimentos e criando um clima propício ao aparecimento de um tecido industrial nas zonas rurais – as TVE's. Por outro lado o mercado da habitação nas cidades foi sendo desregulamentado, tornando-se progressivamente atractivo para os operadores privados, à medida que os preços praticados no sector deixam de ser controlados. A habitação deixa assim de ser uma benesse a que todos tinham direito por via do trabalho nas empresas estatais, para passar a ser um bem comprado, cujo valor depende da oferta e da procura.

⁶³ Desenvolvido no ponto Contexto Macroeconómico

Neste contexto surgem várias opiniões relativamente às causas do aprofundamento da desigualdade e da persistência da pobreza. Alguns autores destacam a importância do fosso entre o meio rural e o meio urbano, agravado por políticas discriminatórias continuadas. Outros autores acentuam o fosso de rendimentos entre as províncias costeiras e as províncias do interior, no contexto da abertura económica.

Quanto às causas da própria desigualdade, as opiniões divergem, apontando-se a abertura económica como uma das razões mais importantes para o crescimento da desigualdade. Também se referem as políticas prolongadas de discriminação da actividade agrícola e indirectamente do meio rural como causa de grande parte das desigualdades.

Por outro lado, as próprias políticas de criação das Zonas Económicas Especiais estarão na base do alargamento do fosso de rendimentos entre o interior e o litoral, assumindo que favoreceriam as regiões que já eram naturalmente privilegiadas pela localização geográfica (proximidade do mar) e por um maior desenvolvimento de algumas indústrias, e conseqüentemente ocupando uma posição privilegiada em termos de vantagens comparativas no comércio internacional.

As teorias de convergência económica prevêm que havendo mobilidade de factores, as economias pobres crescerão a um ritmo mais acelerado que as economias ricas. No que diz respeito à China a questão gira em torno da escassa ou mesmo inexistente mobilidade de factores, uma vez que a mobilidade de capital, trabalho e tecnologia não é uma realidade.

Os incentivos à captação de investimento estrangeiro nas Zonas Económicas Especiais não estão difundidos a outras zonas do país, assim como a tecnologia e *know-*

how que chega até estas zonas através das empresas estrangeiras aí instaladas. Relativamente ao factor trabalho, a mobilidade só surge de uma forma muito incipiente a partir de 1980, uma vez que antes desta data os trabalhadores rurais incorriam em situações de verdadeira marginalização social se optassem pela migração clandestina para as cidades.

A desigualdade começou por aumentar de uma forma generalizada, com o início dos programas de industrialização do país na década de 50. A percentagem do orçamento de Estado dirigido à indústria era muito superior à porção dirigida à agricultura, e esse facto só por si já era acentuador da desigualdade existente. Podemos afirmar que desde o início do regime comunista houve um enviesamento relativamente ao sector agrícola, impulsionando-se, como em outros regimes autoritários, a indústria pesada e a indústria militar, como forma de preparação para fazer face ao “inimigo do Ocidente”.

Esta assimetria entre o nível de vida usufruído pelos habitantes rurais e pelos habitantes urbanos acentuou-se nos anos 60, consubstanciada pela obrigatoriedade de permanência da mão-de-obra rural nos campos, como forma de não desequilibrar o *push* de industrialização em curso, com a afluência de grandes movimentos de migrantes rurais às cidades, em busca de melhores condições de vida. Relacionando a tendência de evolução da desigualdade de rendimento com as várias políticas seguidas pelo governo chinês ao longo dos últimos cinquenta anos, verificamos que quando se registou um quadro favorável à agricultura, a desigualdade tendeu a diminuir.

Um dos grandes hiatos referidos em quase todas as obras que se propõem analisar a problemática da desigualdade na China tem sido o da escassa atenção concedida pelas autoridades chinesas às questões sociais naquele país, traduzida na quase inexistência de políticas específicas para esta área. Apesar de se terem

reconhecido os esforços do governo chinês no que respeita à redução da pobreza em termos de números absolutos⁶⁴, vários defeitos têm sido apontados ao nível da elaboração de estratégias de redução da pobreza⁶⁵.

Dos vários levantamentos (*surveys*) realizados, constatou-se que a localização dos pobres feita pelo governo era extremamente ineficaz, identificando uma série de regiões definidas como pobres segundo o critério do rendimento, e logo beneficiárias da ajuda à pobreza. No entanto todas as famílias da uma região considerada pobre, mesmo aquelas que apresentavam rendimentos considerados médios eram beneficiárias do apoio concedido. Em oposição, as famílias pobres das zonas consideradas prósperas, não recebiam qualquer tipo de apoio.

Dentro destas regiões não é feita a selecção dos mais carenciados, beneficiando todas as famílias equitativamente dos benefícios. Por outro lado nas zonas consideradas prósperas nada foi feito em favor dos pobres aí existentes. Há pois um problema de *targeting* da pobreza na China. Muitos argumentam que a aplicação dos planos de combate à pobreza deveriam ficar a cargo dos governos locais, enquanto outros defendem que nos casos em que se aplica esse princípio, os fundos são desviados para outros usos, uma vez que estão em causa municípios muito carenciados em termos de receitas.

A política de educação é também extremamente desigual. Para as províncias mais ricas o Estado define um período de escolaridade obrigatória de nove anos, enquanto que para as outras províncias a escolaridade obrigatória varia entre três a cinco anos⁶⁶. Desta forma a 'procura' de educação tem vindo a diminuir em algumas

⁶⁴ in *Overcoming Rural Poverty*, World Bank, 1998. Segundo as estimativas oficiais das autoridades da RPC o número de pobres era de 260 milhões em 1978, tendo diminuído para 42 milhões em 1998.

⁶⁵ in *Overcoming Rural Poverty*, World Bank, 1998

⁶⁶ In 'Overcoming rural poverty', World Bank, 1998

províncias, em consequência de situações de carência económica, que desviam os mais novos do seu percurso escolar para uma entrada precoce no mundo do trabalho.

Por um lado, de acordo com os autores que falam da importância relativa da educação em termos de posicionamento social, em meio rural e urbano, verificamos que esta é muito mais valorizada como meio de ascensão social em meio urbano, por comparação ao meio rural (Knight, 2000; McKinley e Brenner, 1999). Também a política de saúde é igualmente desigual e diferenciadora, concedendo aos habitantes urbanos benesses que não estão ao alcance dos seus congéneres do campo.

Por outro lado verifica-se uma grande falha no sistema de segurança social da China, que é praticamente inexistente e que só abrange os habitantes urbanos. A própria política de um filho por família começa agora a ter repercussões, uma vez que existem menos filhos disponíveis para cuidar dos pais. Face a este dado novo, ainda não existem soluções viáveis e parece urgente que o país defina uma estratégia consistente e coerente para o seu sistema de segurança social.

O primeiro-ministro Zhu Ronghi admitiu numa das reuniões gerais do comité do Partido Comunista que a desigualdade social e a pobreza eram problemas importantes para o país, e que teriam resultado da abertura económica, considerando que umas regiões beneficiaram mais do que outras deste processo.

Capítulo 4: Os programas governamentais de redução da pobreza e de desenvolvimento regional

A China é considerada um caso de sucesso na luta contra a pobreza. Em 1978, ano em que se iniciaram as reformas económicas, o número absoluto de pobres era de 260 milhões, enquanto em 1997 esse número era de 50 milhões. Apesar das divergências anteriormente referidas, entre as estatísticas oficiais chinesas (publicadas pelo *State Statistical Bureau*, SSB) e os números do Banco Mundial relativos à pobreza neste país, ambos apontam para as mesmas tendências de evolução: a China conseguiu realizar progressos verdadeiramente assinaláveis na luta contra a pobreza, num espaço de tempo relativamente curto.

Se em 1978 era um dos países mais pobres do mundo, no início do século XXI é uma potência económica em ascensão, ocupando o segundo lugar do *ranking* dos maiores produtores mundiais, imediatamente a seguir aos Estados Unidos da América.

O governo chinês teve um papel preponderante neste feito. A sua actuação em termos de investimento público foi crucial para a redução da pobreza no país, apesar da reforma fiscal, decorrida em meados dos anos 80, lhe ter retirado uma parte substancial das receitas.

O primeiro documento referente ao desenvolvimento regional surge em 1982, no Sexto Plano Quinquenal. Em 1986 é constituído o *State Council's Leading Group Office for Poverty Reduction* (LGPR) com o objectivo de coordenar as várias iniciativas de redução da pobreza ao nível nacional, tendo como órgão executivo a *Poor Area Development Agency*. O Conselho de Estado, o órgão máximo do poder político chinês financia quatro instituições vocacionadas para a redução da pobreza que operam em torno da LGPR: a *China Development Foundation for Poor Areas*, o *Foreign Capital*

Management Center, o Training Center Office e o Economic Development Service Center.

O Sétimo Plano Quinquenal (1986-90) colocou um novo ênfase nos programas de desenvolvimento económico das áreas mais carenciadas. Durante este período a maioria dos empréstimos em condições especiais concedidos pelo Estado dirigiram-se às famílias mais pobres, para o desenvolvimento da produção agrícola e processamento agro-alimentar. O compromisso do governo para com a redução da pobreza é renovado no 8º Plano Quinquenal (1991-95), nomeando o LGPR para a coordenação das iniciativas nacionais neste campo, bem como da assistência internacional ao país.

Acreditando-se que as famílias mais pobres não saberiam como empregar os fundos governamentais da forma mais produtiva, decidiu-se que a maioria dos empréstimos em condições especiais se dirigiria a pequenas empresas, em lugar de ser distribuído às famílias mais carenciadas.

Em 1994 surge o Plano 8-7, que tinha como fim a melhoria das condições de vida dos 80 milhões de pobres restantes nos sete anos seguintes, ou seja até 2001. As medidas constantes deste Plano incluíam a assistência às famílias mais pobres ao nível de melhoria das condições produtivas da terra, o aumento das colheitas lucrativas (*cash crops*), a criação de animais e de árvores de fruto e a facilitação do acesso a oportunidades de emprego para além da actividade agrícola; melhoria de infra-estruturas (estradas, electricidade e água potável); generalização do acesso à educação primária e a cuidados de saúde primários e preventivos; distinção em termos de financiamento entre municipalidades menos carenciadas localizadas nas províncias costeiras e as recentemente denominadas áreas mais pobres.

A 17 de Março de 1996, surge o Nono Plano Quinquenal (1996-2000), onde se enunciam os objectivos de duplicar o PIB e de manter a população nos 1.400 milhões de

peessoas no ano 2010, tendo em conta os objectivos contidos no documento anteriormente publicado, *Long Term Target for the Year 2010*. Entre os objectivos enunciados neste plano contam-se a diminuição gradual do *gap* entre regiões, a maior atenção dedicada ao desenvolvimento das regiões do interior e a adopção de políticas que contribuam para a diminuição do fosso de desenvolvimento entre regiões. Neste documento fala-se da criação de sete zonas económicas que ultrapassam as fronteiras administrativas, de forma a conseguir uma maior coordenação das políticas de desenvolvimento.

Em Setembro de 1996 realizou-se uma Conferência para a Redução da Pobreza Nacional. Depois de se ter constatado que o fosso entre as províncias orientais e ocidentais se tinha acentuado, duas decisões foram tomadas: a ajuda deveria ser concedida directamente às localidades e aos agregados mais pobres a partir de 1997, o que constitui uma alteração relativamente à política anterior de concessão de ajuda às pequenas empresas das áreas pobres. É feito um apelo à gestão mais eficiente dos fundos para a redução da pobreza e a uma supervisão reforçada das actividades desenvolvidas neste domínio.

Em Junho de 1999 realiza-se uma segunda Conferência sobre Redução de Pobreza onde se decide identificar taxativamente quem são os destinatários da ajuda e quais as medidas essenciais para resolver os problemas básicos dos mais pobres: alimentação e vestuário.

Uma das grandes questões levantadas no contexto prático do combate à pobreza é o da identificação dos pobres ou *targeting*. O governo chinês adoptou inicialmente o método de criar uma lista contendo as municipalidades consideradas pobres, e logo beneficiárias de fundos para ajuda ao desenvolvimento, o que teve como consequência o

facto de todos os habitantes dessas regiões se terem tornado beneficiários da ajuda, negligenciando-se a sua situação em termos de rendimento.

O relatório *Overcoming rural poverty* sugere mesmo que a ajuda chegava mais facilmente aos agregados familiares menos carenciados, com maiores possibilidades de recolher os fundos, por exemplo aqueles que habitassem perto de uma estrada. Desta forma os 200 milhões de habitantes das 592 localidades classificadas como pobres recebiam equitativamente estes fundos de alívio da pobreza. Considera-se assim que apenas 1/10 do total de fundos governamentais destinados a combater a pobreza chegaram aos mais necessitados, que sobreviviam com um rendimento abaixo da linha de pobreza oficial chinesa.

No final de alguns anos da aplicação destes programas, conclui-se que cerca de metade dos pobres habitavam fora das municipalidades consideradas oficialmente mais pobres.

O financiamento para efeitos de alívio da pobreza levado a cabo pelo governo central é suplementado pelos fundos provenientes das administrações locais. A conferência para a Redução da Pobreza Nacional de 1996 requeria que todas as províncias e governos locais aos vários níveis disponibilizassem fundos no valor de 30 a 50% do valor dos fundos nacionais para este efeito. No entanto a condição financeira de quase penúria de muitas das províncias mais pobres tornou difícil a execução deste objectivo.

1. A identificação dos mais pobres

Em 1986 é feita uma classificação dos “condados” (*counties*) considerados pobres, que é revista em 1993, passando a incluir 592 localidades. No entanto, e segundo o relatório *Overcoming rural poverty*, o *targeting* dos mais pobres não é eficaz,

uma vez que é feito pelas autoridades centrais, que têm pouca proximidade relativamente à situação vivida no interior de cada província. Considera-se pois que uma forma mais efectiva de identificação dos pobres deveria ficar a cargo das autoridades locais.

A situação daqueles que vivem ligeiramente acima da linha de pobreza oficial também é fonte de preocupações para as autoridades chinesas. Em 1995 a sua expressão seria de 100 milhões de pessoas, representando 8,8% da população chinesa⁶⁷. A situação destes chineses é tanto mais preocupante na medida em que as convulsões trazidas pela entrada na economia de mercado trouxeram o aumento do desemprego, do preço dos produtos alimentares básicos, produzindo desta forma choques de rendimento para inúmeras famílias chinesas, dando forma a um fenómeno bastante disseminado durante a década de 90 – a pobreza temporária, e que é analisada mais pormenorizadamente no capítulo “Dimensões da desigualdade”.

Uma situação considerada de particular vulnerabilidade é a dos cuidados de saúde prestados às populações rurais. Cada vez mais existe a tendência para que os hospitais a operar em meio rural deixem de ser financiados pelas autoridades centrais ou locais e para que passem a ser privatizados. Desta forma o custo da aquisição de cuidados de saúde para um membro do agregado passam a ser muito superiores.

2. Intervenções bem sucedidas

Uma das formas que parecem obter mais sucesso na luta contra a pobreza na China parece ser aquelas que assumem a forma de um projecto com duração de vários anos, constituído por intervenções em vários campos. Normalmente estes programas incluem: desenvolvimento agrícola das zonas montanhosas, utilizando combinações de

⁶⁷ Segundo *Sharing rising incomes: disparities in China*, Banco Mundial

colheitas de árvores de fruto e outras e criação de gado; construção de estradas rurais, sistemas de canalização de água, irrigação em pequena escala, construção de diques para a produção agrícola e outras infra-estruturas rurais; provisão de actividades para além do trabalho agrícola através de um sistema de voluntariado de mobilidade laboral rural; criação de instituições e monitorização da pobreza e desenvolvimento das empresas rurais.

Segundo os autores do artigo *How does public spending affects growth and poverty: the experience of China*⁶⁸, os investimentos públicos em investigação e desenvolvimento (I&D) agrícola, irrigação, educação e infra-estruturas foram indispensáveis para o *boom* económico decorrido nas últimas décadas. O sistema de investigação agrícola chinês é um dos maiores do mundo, integrando 40% do total de investigadores agrícolas dos países menos desenvolvidos e constituindo 30% do total da despesa em investigação nesta área, do mesmo grupo de países. Apesar de não existirem estudos sobre o impacto quantitativo da investigação sobre o aumento da produtividade agrícola, esta veio a aumentar desde 1949, trazendo benefícios para as comunidades rurais.

2.1 Irrigação

Outra área importante para o aumento da produção agrícola na China é a irrigação. Devido às grandes chuvas das monções, os agricultores chineses desde sempre se habituaram à ideia da captação e conservação da água para utilização posterior. A grande expansão das estruturas de irrigação deu-se entre 1949 e 1977, fazendo com que o fornecimento de água no sudeste do país tivesse duplicado ou

⁶⁸ Comunicação apresentada por Shengen Fan, Linxiu Zhang e Xiaobo Zhang, na 2ª Conferência Anual da 'Global Development Network', decorrida de 11-13 de Dezembro de 2000, em Tóquio

mesmo triplicado durante este período. No norte e no noroeste há grande recurso aos lençóis subterrâneos para irrigação.

2.2 Educação

A China apresentava os índices de escolaridade mais baixos do mundo no início da década de 50. A frequência da escola terá sido interrompida pelos vários acontecimentos da História Chinesa que resultaram em rupturas da rotina de vida das populações, como o Grande Salto em Frente (1958-61) e a Revolução Cultural (1966-76). A própria alteração das orientações ideológicas do partido pressionava no sentido da constante alteração dos currículos escolares, resultando em prejuízo para o processo de aprendizagem dos alunos. A taxa de matrículas de crianças em idade escolar aumentou de 43% em 1949 para 97% em 1997.

No entanto, na luta pela escolarização da população não se teve em conta a qualidade, mas o aumento do número de crianças a frequentarem a escola, situação que remonta à criação das escolas comunais. Desde 1978 que a China adoptou uma política educativa com nove anos de escolaridade obrigatória.

Desta forma a taxa de analfabetismo com um valor de 48% em 1970, diminuiu para 10% em 1997. Este *upgrade* do nível educacional da população rural teve efeitos imediatos ao nível da produtividade agrícola, tornando os camponeses mais aptos para a utilização de tecnologias de cultivo modernas e para a iniciação em actividades extra-agrícolas, tanto nas empresas rurais (TVE'S) como nas indústrias urbanas.

Contudo estes benefícios do desenvolvimento social não chegam, frequentemente, às camadas mais necessitadas. Por um lado, os mais pobres habitam em regiões remotas com difícil acesso aos estabelecimentos de ensino, por outro lado, a

participação das crianças é integralmente requerida para as tarefas agrícolas e/ou domésticas.

2.3 Sistema bancário

Até meados dos anos 90 o sistema bancário de cada província era financiado com base em quotas de crédito definidas pela Comissão de Planeamento Estatal (*State Planning Commission*) e pelo Banco Popular da China (BPC). Estas quotas tinham como objectivo satisfazer determinados objectivos políticos. Os bancos das províncias cujos depósitos eram inferiores às suas quotas de crédito eram financiados pelo BPC, enquanto os bancos que detinham depósitos superiores às suas quotas de crédito, eram obrigados a depositar as reservas em excesso junto do BPC.

Desta forma estes movimentos de capitais controlados reflectiam objectivos de redistribuição financeira, mais do que critérios de retorno dos investimentos.

2.4 Política fiscal

No que se refere à política fiscal, a China começou em 1979 a devolver alguns poderes às autoridades provinciais e a outras formas de governo local. Foi estabelecido um sistema de contratos fiscais de longo prazo (habitualmente cinco anos) sendo que algumas províncias podiam reter até 100% das receitas recolhidas.

Capítulo 5: A entrada na OMC e a desigualdade

São várias as opiniões sobre a natureza dos impactos que a entrada na OMC acarretará para a economia chinesa. A liderança política da RPC encara o acesso, na qualidade de membro de pleno direito desta organização, como a alteração do regime de política económica mais significativo para o país, desde as reformas de Deng Xiaoping e a subsequente abertura económica.

Os mais optimistas consideram que os ganhos em termos de eficiência económica compensarão largamente os constrangimentos iniciais, imprimindo à economia um novo estímulo de crescimento. Outros analistas consideram que a frágil base económica da China – pouco competitiva, sobre-protegida durante décadas e pouco articulada entre sectores económicos – não está preparada para enfrentar o tremendo choque externo que implica a entrada na OMC.

Os sectores mais sensíveis à adesão são a agricultura, o sector financeiro e os sectores controlados pelas empresas estatais (SOE, *State Owned Enterprises*). A agricultura parece no entanto ser a área mais vulnerável à entrada na OMC, quer pela dimensão da população ainda afecta a este sector, quer pelas características próprias que o sector agrícola assume na China – a pequena propriedade, o Sistema de Responsabilidade das Famílias (HRS, *Household Responsibility System*) e a utilização de tecnologias pouco desenvolvidas.

Desde o início das reformas agrícolas em 1979, com a implantação do HRS, que a produção agrícola tem vindo a aumentar, havendo neste momento um problema de excesso de oferta que exerceu uma pressão decrescente sobre os preços⁶⁹, com consequências negativas sobre as receitas dos agricultores. Por outro lado o sector

agrícola chinês tem sido caracterizado tradicionalmente pela baixa produtividade e baixa qualidade crónicas, permitindo a produção de bens agrícolas básicos, não processados, em excesso, e a escassez de produtos agrícolas processados e de maior qualidade.

Esta situação deve-se, parcialmente, à falta de articulação entre sectores produtivos, que conduz frequentemente ao recurso à importação por parte das indústrias de processamento alimentar, de *commodities* (produtos agrícolas não processados) existentes no país. A falta de mobilidade da população rural está também intimamente relacionada com a baixa produtividade, calculando-se que exista um excesso de 150 milhões de trabalhadores no sector agrícola.

1. Vantagem comparativa

Vários autores discutem quais as produções relativamente às quais a China apresenta vantagens comparativas e aquelas onde apresenta desvantagens comparativas do ponto de vista da produção, sendo mais aconselhável, numa perspectiva de eficiência económica e da melhoria da competitividade externa, optar pela importação.

Vários autores consideram que a RPC, devido à pouca disponibilidade de solo arável - consequência sobretudo da geografia acidentada - apresenta desvantagens comparativas no cultivo de cereais (particularmente trigo e milho). Esta característica do solo, aliada ao sistema de pequena propriedade (HRS) faz aumentar os custos de produção, uma vez que este tipo de parcela é menos atreito à mecanização, sendo a maioria do trabalho executada manualmente. Desta forma os custos de produção do sector agrícola são mais elevados que os praticados no resto do mundo (de uma forma

⁶⁹ Segundo Du Ying, Director Geral do 'Department of Policy and Law' do Ministério da Agricultura da RPC, num *paper* apresentado numa conferência intitulada 'Agricultural policy and the WTO, China and Australia' na Universidade de Adelaide, Austrália

geral), apesar do seu preço interno ser por vezes inferior (devido à política de controle de preços).

Do lado das vantagens comparativas estão aquelas produções que implicam trabalho intensivo, e que dada a dimensão da população, constituem uma vantagem comparativa para a economia do país. Estas situam-se nos domínios da pecuária, da horticultura, da aquacultura e produtos agrícolas processados.

Segundo o calendário e sectores a liberalizar, acordado no seio da OMC, a liberalização abarcará todos os sectores – agricultura, serviços, indústria, têxteis e vestuário. É de salientar que o acordo bilateral China/EUA assume uma posição de destaque no contexto da adesão à OMC, uma vez que este é o seu principal parceiro comercial.

2. O acordo bilateral China/EUA⁷⁰

Relativamente à **agricultura**, o acordo prevê a eliminação das barreiras sanitárias e fitossanitárias no que respeita às exportações norte-americanas de trigo, citrinos e carne, assim como a redução em média dos direitos praticados de 20 para 17%, no que se refere às importações de produtos agrícolas americanos.

Também se estabeleceu um sistema de aumento progressivo das quotas de importação de produtos básicos, nomeadamente de cereais, com direitos alfandegários a oscilar entre 1 e 3%. Uma alteração significativa será a entrada de empresas estrangeiras na distribuição de produtos agrícolas, acabando com o monopólio de importação e de exportação das empresas estatais.

⁷⁰ Segundo o quadro apresentado por Deepak Bhattasali e Masahiro Kawai em *'Implications of China's Accession to the World Trade Organization'*, World Bank, April 2001

Relativamente à **indústria** as tarifas médias serão reduzidas de 18,5% em 1998, para um valor de 9,4% em 2005, com grandes diminuições no sector automóvel, produtos de alta tecnologia, madeira e papel. As quotas e as restrições não-tarifárias serão eliminadas num prazo de cinco anos, devendo verificar-se a maioria entre 2002 e 2003. Às empresas estrangeiras será permitida também a comercialização e a distribuição sem limitações de produtos transformados, sem prejuízo da sua origem.

Os **serviços** são um sector particularmente sensível da economia chinesa por terem sido desde sempre monopólios estatais e também devido à grande componente social que detêm (ex: transportes, cuidados de saúde etc.). Todas as limitações geográficas relativas à instalação de empresas/serviços no domínio das telecomunicações serão eliminadas num período de 2 a 6 anos⁷¹. A partir da adesão à OMC é permitida a participação de capital estrangeiro na ordem dos 49% em todas as áreas ligadas aos serviços, aumentando para 50% num prazo de 2 anos (a partir de 2004).

No sector bancário, as instituições financeiras estrangeiras poderão realizar operações em *renminbis* (RMB) com empresas chinesas, dois anos após a adesão, sendo-lhes permitido alargar a sua actividade ao sector de retalho cinco anos após a adesão, ou seja em meados de Dezembro de 2006.

No sector dos seguros, as restrições geográficas ao exercício da actividade serão eliminadas, ao longo de um período de 3 a 5 anos, após a adesão. A partir de Dezembro de 2001 é permitida a entrada de 50% de capital estrangeiro na área dos seguros de vida e de 51% nos restantes seguros.

No que diz respeito a vendas e distribuição, as empresas estrangeiras previamente detentoras de investimentos na China, podem participar num negócio de

⁷¹ Entre 2003 e 2007

comércio grossista, com um parceiro nacional, a partir do momento da adesão. O investimento estrangeiro no comércio a retalho é permitido, a partir da adesão, num número limitado de cidades, sendo suprimidas todas as restrições geográficas e quantitativas a partir de Janeiro de 2003. As empresas estrangeiras terão total liberdade de importação e exportação três anos após a adesão (Dezembro 2004).

3. Comércio externo

Do lado da **exportação**, a maior vantagem para a China residirá na eliminação das quotas de importação contidas no Acordo sobre Têxteis e Vestuário (anteriormente conhecido como Acordo Multi-Fibras) a partir de Dezembro de 2005, sujeitas ao estabelecimento de salvaguardas até ao final de 2008. Do lado da **importação**, o impacto mais significativo será sentido ao nível da importação de bebidas e de tabaco, cujas tarifas rondavam os 123,5%⁷² e após a adesão rondarão os 20%. Também ao nível dos têxteis e vestuário, a diminuição dos direitos de importação será significativa (de 57,1% para 9,4% para os primeiros, e de 75,9 para 14,8%, para os segundos).

A preparação da economia chinesa para a adesão envolve um número elevado de reformas, não só em relação ao modo como as transacções são realizadas, mas relativamente a todo o enquadramento legal e institucional em que operam. Estas reformas assumirão um lugar de destaque no que se refere ao sector dos serviços, no qual ainda se praticam grandes restrições, e onde importantes segmentos de mercado são dominados por monopólios estatais.

⁷² De acordo com Quadro apresentado por Deepak Bhattasali e Masahiro Kawai em *Implications of China's Accession to the World Trade Organization*, Banco Mundial, 12 de Abril, 2001

4. Implicações para a economia chinesa

4.1 AGRICULTURA

A maioria dos autores concorda que a entrada na OMC será praticamente neutra do ponto de vista da diminuição dos níveis actuais de protecção, uma vez que salvo algumas excepções, estas serão mantidas ou cuidadosa e faseadamente eliminadas. O sistema de quotas será mantido (*tariff-rate quotas*) para alguns produtos agrícolas-chave, assim como a utilização de um sistema de comercialização de cereais controlado pelo Estado, numa óptica de afastamento de operadores estrangeiros.

Retomando o tema da vantagem comparativa relacionada com a abundância de mão-de-obra e da desvantagem comparativa relacionada com a escassez de terra disponível, as previsões relativas ao futuro pós-adesão à OMC apontam para um aumento da produção de carne e para um aumento generalizado de criação de gado, mas para uma diminuição da produção agrícola, especialmente de cereais e de algodão.

De uma forma geral prevê-se que a integração no sistema comercial multilateral previsto na OMC ao nível dos rendimentos dos agricultores não seja significativa devido ao sistema de quotas, que só favorece a importação dentro de uma quota definida, para além da qual os direitos aplicados são muito superiores.

4.2 INDÚSTRIA

Os direitos aplicados à importação de produtos manufacturados sofrerão uma redução significativa nos cinco anos posteriores à adesão (cerca de 10% relativamente às tarifas praticadas em 1998). As tarifas aplicadas no sector das tecnologias de comunicação e informação (*information and communications technology*) serão eliminadas. Os direitos aplicados ao sector automóvel, diminuirão dos 80-100%

praticados actualmente para uma taxa de 25%, em 2006, enquanto os direitos que recaem sobre componentes automóveis serão reduzidos para uma média de 10%.

O abaixamento significativo nestas áreas-chave de desenvolvimento económico, acompanhada da liberalização no sector dos serviços trará consequências significativas ao nível do investimento directo estrangeiro.

A produção e a comercialização de produtos manufacturados é caracterizada por uma diferenciação ao nível dos regimes aplicados, consoante o seu destino é o mercado interno ou a exportação. No segundo caso pratica-se um regime bastante liberalizado de incentivo à exportação, em que os *inputs* intermédios e os bens de capital são isentos de direitos (*duty-free*); no primeiro caso persiste um regime comercial bastante restritivo, onde se praticam direitos elevados, permanecem barreiras não-tarifárias e restrições aos direitos de comercialização e de distribuição.

Por outro lado persiste uma diferença entre as grandes empresas, genericamente estatais, e as médias empresas, nomeadamente as TVE's, de propriedade mista. As TVE's tornaram-se mais competitivas no mercado interno, e rápida e facilmente conseguiram penetrar nos mercados externos.

4.3 Impactos na distribuição do rendimento

Apesar de se considerar que os efeitos para a economia chinesa são claramente positivos, traduzindo-se na melhor afectação dos recursos disponíveis e consequentemente num ganho de eficiência económica, acompanhado de um aumento generalizado do sector exportador, maioritariamente assente nos têxteis e vestuário, calcula-se que os benefícios não serão transversais a todos os sectores e grupos sócio-económicos.

Segundo Shantong Li e Fan Zhai⁷³, nas áreas rurais só as famílias mais desfavorecidas beneficiarão com a adesão (mais 0.63% de rendimento disponível), enquanto que em meio urbano todos os grupos de rendimento sairão beneficiados, com destaque para o grupo de rendimento mais baixo (um acréscimo de 5,63% no rendimento).

Por outro lado, dado que a importação e comercialização de produtos agrícolas será alvo de uma desregulamentação faseada, as camadas mais desfavorecidas, em meio rural e urbano, sentirão um ganho líquido ao nível dos seus orçamentos familiares, uma vez que os produtos agrícolas (arroz, trigo, soja, etc.) que constituem a base da sua alimentação representarão uma parcela inferior do mesmo, após a liberalização total do sector em 2006.

A liberalização do sector dos têxteis trará perdas em termos de rendimento para os habitantes urbanos.

⁷³in *The impact of Accession to WTO on China's Economy*, Development Research Center, State Council, RPC, May 2000

5. A desigualdade e a entrada na OMC: a análise da UNCTAD⁷⁴

Não se podem tentar definir cenários sobre a entrada da China na OMC sem ter em conta o impacto desta adesão ao nível da estrutura industrial, do comércio e do emprego na China.

De acordo com um modelo de Equilíbrio Geral, a adesão da China à OMC não terá impacto ao nível da taxa de emprego global do país, mas ocorrerão mudanças intersectoriais no emprego⁷⁵. As previsões feitas por diversos organismos internacionais quanto aos resultados da adesão da China à OMC variam: o FMI, por exemplo considera que haveria um primeiro impacto positivo, tornando-se negativo entre 2002-2004, para se tornar novamente positivo em 2005. Segundo o Banco Mundial o impacto da adesão à OMC, no PIB, seria negativo.

Estas análises no entanto não têm em conta o problema do desemprego e assumem a existência de uma grande flexibilidade na transição de mão-de-obra entre sectores produtivos. Mesmo nos países desenvolvidos é habitual a existência de barreiras à entrada de produtos de mão-de-obra intensiva ou agrícolas.

Outra área problemática é a das empresas estatais (*State Owned Enterprises*). No fim de 1990 as SOE's empregavam 12% da população activa e 47% da mão-de-obra existente no sector industrial, representando 38% do PIB. Apesar das reformas económicas levadas a cabo no sector industrial desde 1984 e do crescimento das empresas privadas, as empresas estatais ainda controlam alguns sectores-chave da economia do país, como as indústrias pesadas – electricidade, aço, produtos químicos e armamentos; a banca; telecomunicações; distribuição por grosso e alguns sectores dos transportes.

⁷⁴ Este ponto foi elaborado com base no Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento, 2002, da UNCTAD

⁷⁵ In 'China's Accession to WTO...', pág. 147

Apesar do processo de reestruturação do sector industrial do Estado estar em curso há praticamente duas décadas, o desempenho destas empresas ainda apresenta graves problemas de ineficiência económica, que a adesão como membro de pleno direito da OMC poderá tornar mais evidentes. Desde 1984 que se tem vindo a tentar que as empresas estatais sejam regidas mais por critérios de competitividade, do que por critérios de apoio social aos seus empregados.

Neste contexto foi efectuado um número elevado de despedimentos e foram retirados muitos dos subsídios concedidos anteriormente aos funcionários destas empresas. Antes das reformas económicas (1979)⁷⁶, estar empregado numa empresa estatal significava estar seguro para toda a vida. Nos últimos tempos, no entanto, e na sequência da flexibilização do mercado de trabalho, começaram a pôr-se em prática os contratos a termo certo, em que a renovação do contrato depende do desempenho do empregado.

Estes novos condicionalismos, aliados à inexistência de um sistema de segurança social eficaz trouxe graves problemas à sociedade chinesa. Ao contrário do que sucede nos países ocidentais, em caso de despedimento, o ex-empregado não tem direito a uma parcela substancial do seu ordenado sob a forma de subsídio, mas sim a uma pequena percentagem na ordem dos 5-10%. É neste contexto que vemos aumentar a pobreza em meio urbano, onde era praticamente inexistente no período anterior às reformas.

As SOE's, por outro lado, têm sobrevivido à custa dos subsídios estatais e de condições preferenciais de acesso ao crédito bancário. Com o acesso à OMC estes privilégios ficam comprometidos, aumentando a pressão para que estas empresas se tornem mais competitivas e eficientes. Aliada a esta pressão virá seguramente a

⁷⁶ Ainda que a alteração das leis do trabalho só se tenha iniciado em 1986

necessidade de efectuar novos despedimentos, dado que uma das razões apontadas para a ineficiência é precisamente o excesso de efectivos empregados. Calcula-se que cerca de 17% da mão-de-obra urbana é redundante, o que significa 35 milhões de trabalhadores. De acordo com dados fornecidos pelo último Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento, da UNCTAD, a adesão à OMC poderá representar o aumento do desemprego para 25 milhões de trabalhadores no período entre 2001 e 2006.

As experiências de desmantelamento súbito das barreiras ao comércio em países em desenvolvimento demonstra que a liberalização pode ter consequências negativas nas condições de emprego, relacionadas com a perda de postos de trabalho e o aumento da diferenciação salarial entre trabalhadores. Por outro lado a mão-de-obra não é flexível ao ponto de se deslocar facilmente dos sectores tradicionais para os sectores de exportação, especialmente no que diz respeito à exigência de determinadas qualificações técnicas que esta não possui.

Os sectores que poderão ser mais afectados são a produção de maquinaria, equipamento eléctrico, metais, têxteis, produtos e fibras químicas, equipamento de transporte, produtos minerais e processamento de alimentos, que no seu conjunto empregam mais de 72,5% da mão-de-obra das SOE's.

No entanto o impacto da entrada na OMC pode ser positivo em alguns sectores como o do vestuário, equipamento eléctrico, produtos em couro, animais e seus derivados, carne e produtos alimentares variados.

A mais-valia mais importante que a China poderá alcançar com a entrada na OMC será o acesso facilitado aos mercados dos países desenvolvidos, baseando a sua competitividade nos baixos preços. No entanto, se a RPC não cumprir as regras relativas a patentes, os mercados em que deseja entrar poderão fechar-lhe as portas, ao verificarem a sua persistência na competição desleal.

Por outro lado as empresas privadas estrangeiras a operar na China são na sua maioria empresas que geram pouco valor acrescentado em território nacional e são muitas vezes de capital intensivo, e que por isso têm pouca capacidade de absorção de mão-de-obra. Localizam-se na sua maioria nas regiões costeiras e as suas actividades concentram-se na montagem de equipamento electrónico e na produção de maquinaria e de equipamento.

CONCLUSÃO

O objectivo do nosso trabalho era a análise do efeito das reformas económicas iniciadas em 1978, com vista à liberalização da economia chinesa, sobre o aumento das assimetrias de rendimento. O nosso conceito de desigualdade foi dissecado e pretendeu abranger várias dimensões do mesmo fenómeno, centrando-se particularmente em dois aspectos a que concedemos maior relevância na nossa análise: a desigualdade que se acentuou nas duas últimas décadas entre as províncias costeiras e as províncias interiores e a evolução da desigualdade rural/urbana, que já era notória antes de 1978.

Relativamente ao nosso capítulo teórico, concluímos que as relações entre crescimento económico e desigualdade não são lineares, nem pré-determinadas. A evolução da distribuição do rendimento num ambiente de crescimento económico pode conhecer várias formas, dependendo essencialmente da fórmula política escolhida para lidar com o fenómeno. Do lado das autoridades chinesas, houve alguma negligência quanto à questão da desigualdade nos primeiros anos de liberalização económica.

No entanto, com o aprofundamento do descontentamento social, tornou-se cada vez mais difícil ignorar os contornos sociais adquiridos pelo processo de crescimento económico na RPC. A reformulação das empresas estatais exigiu um número cada vez maior de despedimentos, em nome da eficiência e da diminuição de custos.

Esta exigência aliada ao próprio facto, já de si destabilizador de aumento do desemprego, afectou grande parte dos funcionários estatais, que constituíam uma porção significativa da população urbana através da eliminação de uma série de regalias que anteriormente eram inerentes aos respectivos postos de trabalho, tais como os subsídios para a educação dos filhos, para despesas de saúde, para habitação, etc. Em meio rural as assimetrias surgiram no contexto do próprio aparecimento do tecido empresarial

nestas regiões: as TVE's. Aqueles que conseguiam auferir um rendimento monetário, para além daquele que era proporcionado pela produção agrícola, passaram a destacar-se dos vizinhos em termos de rendimento disponível.

No segundo capítulo tentámos descrever as políticas e alterações ocorridas com maiores repercussões sobre a repartição do rendimento entre a população. Concluimos de uma forma genérica que quando as políticas foram mais favoráveis à industrialização e menos favoráveis ao sector agrícola, os camponeses viram as suas condições de vida deteriorarem-se.

No terceiro capítulo concluimos que a desigualdade na China assume diferentes dimensões. Ao analisar a “tradicional” disparidade de rendimentos entre a cidade e o campo, verificamos que a esta se somou uma dimensão com importância crescente para a explicação do fenómeno da desigualdade na China: o fosso entre as regiões situadas na proximidade do mar e entre as regiões localizadas no interior. Relativamente a esta última foi-nos dado verificar que se tornou num factor cada vez mais diferenciador dos rendimentos dos chineses.

Durante os anos 80 as províncias costeiras, nomeadamente Beijing e Shanghai, já se destacavam do resto do país. Com a entrada nos anos 90 e com o crescimento económico que lhe esteve inerente, o fosso entre as províncias costeiras e as províncias do interior tornou-se mais pronunciado, sem que tivessem sido tomadas medidas no sentido de atenuar o fosso que se vinha acentuando. Só muito recentemente foi empreendida a iniciativa *Developing the West*, com a canalização de parte das receitas das províncias mais prósperas para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.

Quanto ao fosso existente entre habitantes urbanos e habitantes rurais, pré-existente a 1978, também se acentuou com a introdução e progressivo desenvolvimento da economia de mercado. Apesar de se ter eliminado a limitação existente no que respeita ao preço dos produtos agrícolas, as condições de vida em meio rural permaneceram muito aquém das condições de que os habitantes urbanos usufruíam.

Os habitantes rurais continuaram a sofrer pressões no sentido de pagar uma série de impostos às autoridades centrais, e a que muitas vezes não podiam responder, vendo-se na obrigação de se desfazerem de bens essenciais para a sobrevivência do agregado familiar. As autoridades locais são muitas vezes acusadas de nepotismo no tratamento com os camponeses, tratando-os com arrogância e prestando-lhes pouca assistência, especialmente aos mais desfavorecidos.

Face à situação de aumento permanente do número de desempregados ao longo da década de 90, não foi criado um sistema de segurança social capaz de dar resposta à nova situação social. Os desempregados ou semi-desempregados (*xiagang*) recebiam uma parte ínfima do seu anterior salário sob a forma de uma espécie de subsídio de desemprego. No entanto este “subsídio” assumia um valor ínfimo (cerca de 20 dólares mensais). Por outro lado, o próprio esquema de pensões não foi reformulado e continua a funcionar segundo o anterior esquema social, onde os mais velhos ficavam assumidamente ao cuidado dos seus filhos.

Os esforços feitos pelas autoridades no sentido de prestar assistência aos mais necessitados foram alvo de várias críticas, tanto internas, como externas, da parte de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Apesar dos números da pobreza absoluta terem diminuído drasticamente, aqueles que vivem em condições consideradas de grande privação na maior parte do mundo ainda têm uma dimensão considerável, não obstante o grande crescimento económico vivido pelo país. Esta situação só prova que o

simples crescimento económico de *per se* não retira todos os cidadãos da pobreza, como se se tratasse de uma fórmula mágica. A situação vivida na RPC só demonstra que o crescimento traz consigo também o fenómeno dos “beneficiários” e dos “excluídos” do fenómeno, aqueles cuja pobreza permanente só tem um efeito de contraste maior com a riqueza acumulada por outros.

No quarto capítulo, onde abordámos os programas governamentais de combate à pobreza, concluímos que sofrem de bastante males e falhas originados no momento da sua concepção. Uma das críticas mais referidas é a dificuldade em criar programas de assistência que cheguem efectivamente aos mais desfavorecidos, e não à classe média. O perfil dos mais pobres na China corresponde àqueles que vivem em locais isolados e de difícil acessibilidade, como em locais montanhosos, afastados de qualquer via de comunicação.

Estes são precisamente aqueles a quem a ajuda mais dificilmente chega, perdendo-se “pelo caminho”. No relatório *Overcoming rural poverty* refere-se que somente 1/10 do montante da ajuda chega àqueles que dela mais necessitam. Esta crítica vem no contexto da identificação dos mais pobres e da discussão sobre quem estará mais habilitado a fazê-la.

Por outro lado fala-se na adequação da ajuda relativamente aos seus destinatários. Nos relatórios do Banco Mundial por nós consultados refere-se que a maior parte da ajuda foi dirigida ao sector agrícola, fonte de subsistência da maioria dos pobres existentes. No entanto, numa primeira fase de prestação de assistência por parte das autoridades nacionais, os fundos foram concedidos a pequenas empresas de processamento agro-alimentar a operar em meio rural, e não às famílias, por se considerar que estas não saberiam fazer a utilização mais proveitosa dos fundos.

Quanto à recente entrada da China na OMC, abordado no quarto capítulo, ainda não temos dados suficientes que nos permitam saber qual a extensão do impacto sobre a repartição do rendimento. De acordo com a bibliografia consultada, somos levados a crer que esta admissão terá consequências sobre todos os sectores da economia, com especial relevância para o sector agrícola, desde sempre muito protegido e que emprega ainda hoje a maioria da população.

O sector financeiro também sentirá grandes alterações, originadas pela adesão a esta organização. Ao nível da agricultura uma das consequências mais significativas será a importação de produtos agrícolas estrangeiros, que a um preço mais baixo, substituirão em muitas categorias a produção doméstica chinesa, fazendo sobressair a necessidade de modernização e de internacionalização deste sector.

É de destacar que em muitas regiões chinesas ainda se pratica uma agricultura de subsistência, quase artesanal, com reduzido grau de mecanização. No período comunista, os preços a que os camponeses eram obrigados a vender os seus produtos às autoridades não correspondiam ao custo da sua produção, nivelando por baixo as receitas dos agricultores. Por outro lado, a política de restrição da migração rural-urbana constituía um impedimento muito importante à oportunidade da população agrícola procurar outro tipo de ocupação. Zhu Rongji, ex-primeiro-ministro da RPC, em cessação recente de funções, referiu no seu discurso de 05/03/03 perante o Comité do Partido Comunista Chinês, que uma das prioridades dos novos governantes será a melhoria das condições de vida em meio rural.

Pretendíamos fazer a comparação entre a dimensão interior-costeira e urbana/rural em termos de repartição do rendimento. No entanto, por insuficiência de dados (ex: valor da produção agrícola, valor dos salários industriais) este nosso

objectivo não pôde ser concretizado, apesar de serem apresentadas estatísticas sobre a evolução da pobreza ao longo da década de 80 e de 90, entre outras informações. As informações a que tivemos acesso sobre a problemática em questão são de natureza mais empírica, partindo da observação de curto prazo da realidade da sociedade chinesa.

Bibliografia:

Aziz, Jahangir, Duenwald, Christopher, *China's Provincial Growth Dynamics*, WP/01/3, FMI, January 2001

Bernstein, Thomas, Lü, Xiaobo, *Taxation without Representation: peasants, the Central and the Local States in Reform China*, *The China Quarterly*, Sep. 2000, nr. 163

Bhattasali, Deepak, Kawai, Masahiro, *Implications of China's Accession to the World Trade Organization*, World Bank, April 2001

Chen, Shaohua, Wang, Yan, *China's Growth and Poverty Reduction: Recent Trends between 1990 and 1999*, World Bank, New York, 2001

China: a country study, Federal Research Division, Library of Congress, s.d, in <http://memory.loc.gov>

China's Accession to WTO: Managing Integration and Industrialization, in Trade and Development Report 2002, UNCTAD, Genève

Chua, Hwee Yong, Bauer, John G, *The Income Distribution of China: Regional Disparities*, Nanyang Business School, Nanyang, Singapore, s.d.

Cornia, G.A., Court, Julius, *Inequality, Growth and Poverty in the Era of Liberalization and Globalization*, UNU/WIDER, s.d

Costa, Maria Manuela da, *Regional Economic Integration in Pacific Asia: Market Forces, Trends and Prospects*, University of Winsconsin-Eau Claire, 2001

Dayal-Gulati, A., Husain, A.M., *Centripetal Forces in China's Economic Take-off*, WP/00/86, FMI, June 2000

Defining and Measuring Inequality, Inequality Briefing n° 1, March 2002, Andrew McKay, Overseas Development Institute, Londres

Démurger, S., Sachs, J et. al, *Geography, Economic Policy, and Regional Development in China*, NBER Working Paper Series, nr. 8897, Cambridge, April 2002

Diao, Xinshen et al, *How China's WTO Accession Affects Rural Economy in the Less Developed regions: a Multi-Region, General Equilibrium Analysis*, International Food Policy Research Institute, Washington, January 2002

Easterly, William, *Inequality does cause Underdevelopment: new evidence*, Center for Global Development-Institute for International Economics, Washington, January 2002

Feldstein, Martin, *Social Security Pension Reform in China*, NBER Working Paper series, nr 6794, 1998

- Gabriel, Satya J., *Income Inequality in China's Post-Great Leap Forward Era*, China Essay Series nr 6, Mount Holyoke College, s.l. October 1998
- Galbraith, James K., Lu, Jianqing, *Sustainable Development and the Open-Door Policy in China*, University of Texas, Austin, May 2000
- Goodman, David S.G., *China in reform: the view from the provinces*, in 'China's provinces in reform-class, community and political culture', Routledge, New York, 1997
- Guang, Yang, *Facing unemployment: urban layoffs and the way out in post-reform China, 1993-99*, Euro-Asia Management Studies, s.d.
- Hill, Hal, *Spatial Disparities in Developing East Asia: a survey*, Asia Pacific Economic literature, Vol. 16, nr. 1, May 2002
- Hochraich, Diana, *Labour Mobility and Unemployment in China*, paper apresentado no 'International Workshop on the Chinese Economy', Shanghai, 14 e 15 Dezembro 2001
- Jalan, Jyotsna, Ravallion, Martin, *Determinants of Transient and Chronic Poverty: evidence from rural China*, Development Research Group, World Bank, 1998
- Jalan, Jyotsna, Ravallion, Martin, *Spatial Poverty Traps?*, World Bank, Washington, 1997
- Jei, Shang-Jin, Wu, Yi, *Globalization and Inequality: evidence from within China*, NBER Working Paper 8611, Cambridge, 2001
- Jian, Sachs, Warner, *Trends in Regional Inequality in China*, NBER Working Paper 5412, Cambridge, 1996
- Jiang, Tingsong, *WTO Accession and Regional Growth in China*, National Centre for Development studies, The Australian National University, 1999
- Johnston, M. Francis, *Urban Regional Analysis: Manufacturing Zones, Urban Employment and Spatial Inequality in China*, The China Quarterly, March 1999, nr. 157
- Kanbur, Ravi, *Conceptual Changes in Poverty and Inequality: One development Economist's Perspective*, Cornell University, April 2002
- Kanbur, Ravi, *Income Distribution and Development*, in 'Handbook of Income Distribution', Vol 1, ed. por Atkinson, A.B. and Bourguignon, F., North-Holland, 2001
- Kanbur, Ravi, Lustig, Nora, *Why is Inequality Back on the Agenda?*, World Bank, Washington, April 1999
- Kanbur, Ravi, Squire, Lyn, *The Evolution of Thinking about Poverty: Exploring the Interactions*, Cornell University, Ithaca, September 1999

- Kanbur, Ravi, Zhang, Xiaobo, *50 years of Regional Inequality in China: a Journey Through Revolution, Reform and Openness*, Cornell University, New York, 2001
- Kanbur, Ravi, Zhang, Xiaobo, *Wich Regional Inequality? The Evolution of Rural-Urban and Inland-Coastal Inequality in China from 1983 to 1995*, *Journal of Comparative Economics*, December 1999
- Khan, A.R., Riskin, Carl, *Income and Inequality in China: Composition, Distribution and Growth of Household Income, 1988-1995*, *The China Quarterly*, June 1998, nr. 154
- Li Shi, *Changes in Poverty Profile in China*, World Institute for Development Economics Research, s.l., 2001
- Lin, Justin Yifu, *WTO Accession and Chinese Economy: Impacts on Agriculture, Financial Sector and State-Owned Enterprises*, Peking University and HK University of Science and Technology, 2001
- Lin, Justin Yifu, Yao, Yang, *Chinese Rural Industrialization in the Context of the East Asian Miracle*, Beijing University, s.d.
- Lin, Songhua, *International Trade, Location and Wage Inequality in China*, Department of Economics, University of California, s.d
- Matsuyama, Kiminori, *Endogenous Inequality*, Discussion Paper nr. 1238, Department of Economics, Northeastern University, EUA, December 1998
- McKinley, Terry, Brenner, Mark D., *Rising Wealth Inequality and Changing Social Structure in Rural China, 1988-95*, The United Nations University/WIDER, Working Paper nr. 160, May 1999
- Morduch, Jonathan, Sicular, Terry, *Politics, Growth and Inequality in rural China: does it pay to join the party?*, Princeton University and University of Western Ontario, s.l., August 1999
- Morduch, Jonathan, Sicular, Terry, *Rethinking Inequality Decomposition, with evidence from rural China*, Harvard Institute for International Development, 1998
- MucCulloch, Neil, Calandrino, Michelle, *Poverty dynamics in rural Sichuan between 1991 and 1995*, IDS Working Paper 151, IDS, Brighton, Jan 2002
- Pererinha, José A., *Pobreza e Exclusão Social: Algumas Reflexões Sobre Conceitos e Aspectos de Medição*, in 'Da economia à Sociologia', s.d
- Quah, Danny, *One third of the world's growth and inequality*, LSE Economics Department, London, March 2002
- Ravallion, Martin, Chen, Shaohua, *Measuring Pro-Poor Growth*, Policy Research Working Paper nr. 2666, World Bank, August 2001
- Responding to Inequality*, Inequality Briefing n° 3, March 2002, Tony Killick, Overseas Development Institute, Londres

- Rohwer, Jim, *Asia Rising*, Nicholas Brealey Publishing, Londres, 1996
- Sala-i-Martin, Xavier, The Disturbing “Rise” of Global Income Inequality, NBER Working Paper 8904, Cambridge, April 2002
- Sen, Amartya, *Inequality Reexamined*, Oxford University Press, s.l. 1992
- Sen, Amartya, *Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações*, Terramar, 1999 Lisboa
- Serra, A.M. de Almeida, *China: as reformas económicas da era pós-Mao*, Revista Administração, Macau, s.d.
- Shankar, Raja, Shah, Anwar, *Brindging the economic divide within : a scorecard on the performance of regional development policies in reducing income disparities*, November 2001
- Shenggen, F., Zhang, L., Zhang, X., *How does Public Spending Affect Growth and Poverty? The Experience of China*, Comunicação apresentada na 2ª Conferência Mundial da ‘Development Network’, Tóquio, Dezembro 2000
- Silva, Manuela,
The China Quarterly:
 The Least Developed Countries Report 2002, pp. 42-49
- Wade, Robert, *Is globalization making world income distribution more equal?*, Working Paper Series nº. 01-01, London School of Economics, Development Studies Institute, May 2001
- Why Inequality Matters for Poverty*, Inequality Briefing nº 2, March 2002, Felix Naschold, Overseas Development Institute, Londres
- World Bank, *Development Challenges in the New Century*, World Bank, Washington, 1997
- World Bank, *Development Challenges in the New Century*, World Bank, Washington, 1997
- World Bank, *Overcoming rural poverty*, World Bank, Washington, 1997
- World Bank, *Sharing Rising Incomes: Disparities in China*, World Bank, Washington, 1997
- World Development Report 2000/01, Chapter 1: *The Nature and Evolution of Poverty*; Chapter 2: *Causes of Poverty and a Framework for Action*; Chapter 3: *Growth, Inequality and Poverty*, World Bank, September 2000

Yang, Yongzheng, Huang, Yiping, *China Economy: the impact of trade liberalisation on income distribution in China*, Research School of Pacific and Asian Studies, Australia, 1997

Ying, Du, *China's Agricultural Restructuring and System Reform under its Accession to the WTO*, Department of Policy and Law, Ministry of Agriculture of China, 2001

Zeller, Manfred, Sharma, Manohar, *Rural Finance and Poverty Alleviation*, International Food Policy Report, Washington, 1998

Zhang, Xiabo, Kanbur, Ravi, *What Difference do Polarisation Measures Make? An Application to China*, International Food Policy Research Institute, Cornell University e Banco Mundial, s.d.

